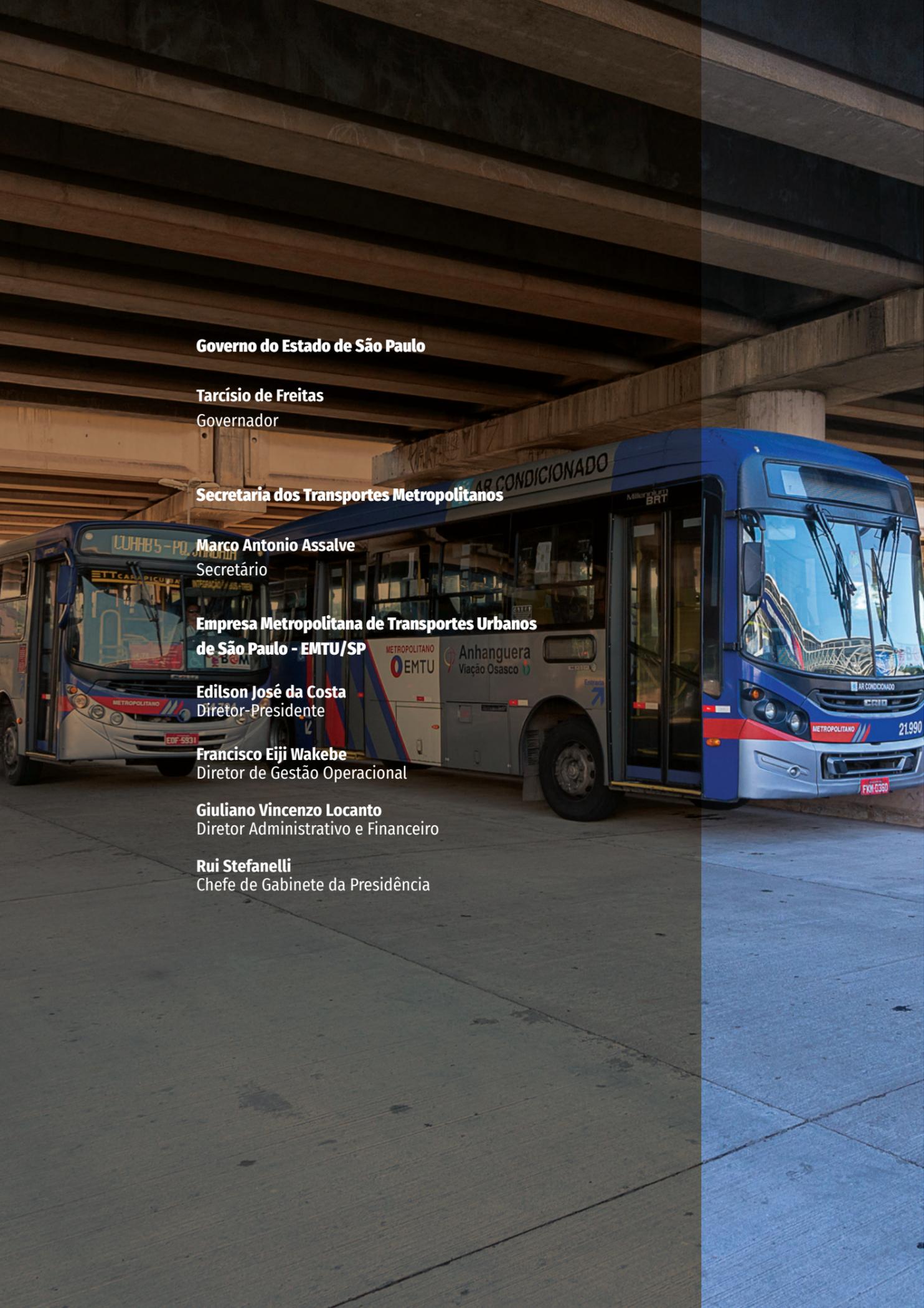


RELATÓRIO INTEGRADO 2024





Governo do Estado de São Paulo

Tarcísio de Freitas
Governador

Secretaria dos Transportes Metropolitanos

Marco Antonio Assalve
Secretário

**Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos
de São Paulo - EMTU/SP**

Edilson José da Costa
Diretor-Presidente

Francisco Eiji Wakebe
Diretor de Gestão Operacional

Giuliano Vincenzo Locanto
Diretor Administrativo e Financeiro

Rui Stefanelli
Chefe de Gabinete da Presidência

Índice

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA	4
.....	
GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO	15
.....	
DADOS GERAIS	22
.....	
OUTROS SERVIÇOS	23
.....	
RESPONSABILIDADE SOCIAL	29
.....	
MEIO AMBIENTE	44
.....	
AÇÕES ADMINISTRATIVAS	45
.....	
CORREDORES E VLT	48
.....	
DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	56



Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

EXERCÍCIO 2024

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP

Introdução

A CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA reúne as informações necessárias da Empresa, em conformidade com os parâmetros estabelecidos no Art. 8º, Incisos I e VIII, da Lei federal Nº 13.303/2016 e o art. 9º do Decreto estadual nº 62.349/2016, destacando que o Conselho de Administração subscreve o presente documento, referente ao Exercício Social encerrado em 2024.

Identificação

A EMTU/SP, constituída pela Lei estadual nº 1.492, de 13/12/1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EMPLASA em 1980, através do Decreto estadual nº 15.319, de 07/07/1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Empresa, conforme Decreto estadual nº 27.411, de 24/09/1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04/01/1988, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado de São Paulo detendo mais de 99% das ações ordinárias e nominativas. Anteriormente uma sociedade de economia mista, com capital fechado contando com acionistas privados, passou a ser

considerada, a partir de abril de 2019, uma empresa pública, mudança essa com efeitos principalmente nas áreas fiscal e jurídica da empresa.

A EMTU/SP recebeu autorização para a atualização de seus 32 CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), passando a empresa, a partir de 2023, a ser identificada não mais como uma empresa pública operadora de transportes, mas como uma empresa pública reguladora de atividade econômica. O ajuste dos CNAEs regulariza institucionalmente as atribuições da companhia e gera outros benefícios, inclusive tributários. Os principais CNAEs da EMTU foram regularizados, restando os demais que estão sendo regularizados pouco a pouco.

Perfil

A empresa foi constituída com a finalidade de promover a qualidade da mobilidade urbana nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, planejando, estruturando e fiscalizando o serviço de transporte de média e baixa capacidade.

Com sede na cidade de São Paulo, conta ainda com cinco filiais, situadas em cada uma das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo em que atua.

Passados 47 anos de sua fundação, a EMTU/SP tem por objeto, além da gestão da operação, promover a expansão dos serviços metropolitanos de passageiros de baixa e média capacidade, incluindo os serviços de ônibus, corredores metropolitanos e do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Nas 820 linhas e serviços do sistema regular sob sua gestão (ref. dez/24), a EMTU/SP transportou, em 2024, cerca de 526 milhões de passageiros em uma frota de 5,1 mil veículos cadastrados e inspecionados regularmente.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da EMTU/SP, atualmente composto por onze conselheiros tem, entre outras, a missão de discutir, aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de Governança Corporativa, implementando e supervisionando os sistemas de Conformidade, Gestão de Riscos e de Controle Interno, estabelecida para a prevenção e mitigação dos principais riscos a que esteja exposta a Empresa, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e dos relacionados à ocorrência de corrupção e fraude.

Diretoria

A EMTU/SP possui três Diretorias: Diretoria da Presidência, Diretoria de Gestão Operacional e Diretoria Administrativa e Financeira. Seus diretores zelam pelo compromisso com a excelência e efetividade das atividades da Empresa, contribuindo, sobremaneira, com discussões, treinamentos, aprovações e monitoramento de decisões que envolvem práticas de Governança Corporativa, com a finalidade de promover uma cultura corporativa ética e de respeito às leis, normas e regulamentos.

Conselho Fiscal

Constitui-se em órgão colegiado, não integrante da Administração, com ação individualizada de seus cinco Membros efetivos, na qualidade de representante dos Acionistas, com a responsabilidade fiscalizadora das contas, dos atos dos Administradores e dos parâmetros estabelecidos nos Estatutos Sociais, dentro dos princípios de ética, equidade e transparência, emitindo opiniões, recomendações, pareceres, assim como pelo conhecimento de denúncias, zelando pelos interesses da empresa.

Comitê de Auditoria Estatutário

Com cinco integrantes, o Comitê de Auditoria Estatutário, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, atua de forma independente em relação aos demais órgãos da EMTU/SP, tendo por objetivos a supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros, da aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, da efetividade dos sistemas de controles internos, da adequação dos pro-

cessos relativos à gestão de riscos e das atividades dos auditores internos e independentes.

Comitê de Ética

Tem como atribuição principal a apuração de denúncias sobre administradores da EMTU/SP, empregados e prepostos, sejam eles de natureza permanente ou temporária, transitória, excepcional ou eventual, ainda que sem remuneração, contratados direta ou indiretamente pela EMTU/SP.

IDENTIDADE FUNCIONAL

Propósito

Implantar, expandir, articular e gerenciar o transporte metropolitano de baixa e média capacidade nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, atendendo com qualidade às demandas da população, assim como planejar e organizar a infraestrutura de transporte propiciando a integração entre sistemas de transporte e fortalecendo seu compromisso com o planejamento estratégico do Estado de São Paulo, com a sociedade e com o meio ambiente.

Missão

Promover a qualidade da mobilidade urbana nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, planejando, estruturando e fiscalizando o serviço de transporte de média e baixa capacidade.

Visão

Aumentar o padrão de conforto, eficiência e modernidade

do sistema de transporte sob responsabilidade gerencial da EMTU/SP, elevando a satisfação do usuário.

Princípios e Valores

Norteadores das ações e condutas:

- I - Conhecimento, Competência e Comprometimento;
- II - Integridade, Ética e Transparência;
- III - Responsabilidade Ambiental, Social e Econômica;
- IV - Inovação.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Os regimentos, regulamentos, políticas e instrumentos normativos relacionados à Governança Corporativa encontram-se disponibilizados em emtu.sp.gov.br, quais sejam:

- Estatutos Sociais;
- Código de Conduta e Integridade;
- Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Regimento Interno da Diretoria;
- Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário;
- Regimento Interno do Comitê de Ética;
- Regimento Interno do Conselho Fiscal;
- Regulamento interno da Auditoria Interna;
- Política de Comunicações e Porta-Vozes;
- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Distribuição de Dividendos;
- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Programa de Integridade.

Controle Interno e Gestão de Riscos

A EMTU/SP busca continuamente adotar e disseminar boas práticas de Controles Internos, com foco na melhoria e no aprimoramento das normas, regulamentos, políticas e normatizações internas em geral, e com estrita atenção na adequação à legislação externa, bem como, na gestão de riscos.

Nesse quesito destaca-se a Matriz de Riscos Corporativos, elaborada com metodologias próprias bem como, do Ministério do Planejamento¹ e do Tribunal de Contas da União. Nela são identificados, avaliados e tratados possíveis riscos que, direta ou indiretamente, possam interferir no alcance dos objetivos esperados pela empresa.

Essa constante preocupação organizacional contribui para coibir e inviabilizar a ocorrência de atos ilícitos, incluindo fraudes e atos de corrupção.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2024, o Governo do Estado, por meio da EMTU/SP, continuou avançando em direção à complementação da rede de transportes metropolitanos. Em dezembro de 2024, as obras civis do trecho Conselheiro Nébias-Valongo do VLT da Baixada Santista – (Trecho 2) alcançaram 100% da implantação das vias permanentes, Estações e Rede Aérea, restando serviços pontuais como ligações e testes das bombas de drenagem, As built, etc. Para a conclusão total desse trecho, serão contratadas a instalação das Portas de Plataforma, sistemas e serviços de drenagem complementar.

No Trecho 3 Barreiros-Samaritá do VLT, na Etapa 1, as obras de reforço e ampliação da Ponte A Tribuna, que irá conectar a

parte continental à insular de São Vicente, avançaram, alcançando 20% das obras de recuperação das estacas da ponte ferroviária. Em novembro de 2024 a EMTU/SP obteve a Licença Prévia (LP) para avançar na Etapa 2 desse trecho que é a implantação de 7,5 km de via permanente, 4 Estações e o Pátio Samaritá.

Na Região Metropolitana de São Paulo, as obras das Fases 1 e 2 do BRT ABC, atingiram 22% de execução física. Sob responsabilidade da Concessionária Next Mobilidade, as ações previstas no Termo Aditivo nº13 ao Contrato 020/97, promoverá maior conexão da região do ABC com a capital paulista.

Em outubro de 2024 foi inaugurado o trecho Carapicuíba-Osasco Km21 do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, incluindo a construção do Viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, 2,2 km de viário e 2 paradas. Em dezembro foi publicado o DUP para desapropriação de áreas ao longo da Av. dos Autonomistas em Osasco possibilitando dar continuidade à construção do último trecho com mais 6,7 Km de viário e 10 paradas, para conclusão do Corredor Metropolitano Itapevi-Osasco, garantindo um serviço de qualidade à população por meio da melhoria da operação, tecnologia veicular, acessibilidade, confiabilidade e eficiência.

Em 1º de outubro foi a data da Ordem de Início dos trabalhos para atualização do Plano de Corredores Metropolitanos da RMSP. Também foram realizadas seis reuniões técnicas com representantes dos consórcios regionais e dos municípios e para divulgação e obtenção de dados numa primeira etapa e para participação colaborativa numa etapa posterior de construção do PCM.

Em 2024, a EMTU realizou com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) uma visita técnica às instalações de produção de hidrogênio como parte da II Semana de Cultura, Ciência & Tecnologia, do instituto. A visita foi realizada na estação de produção, que se encontra na unidade da EMTU em São Bernardo do Campo. O encontro marca um importante passo no convênio entre a EMTU, o IPT e a USP, cujo objetivo é reabilitar o sistema de produção de hidrogênio e os ônibus movidos a célula a combustível hidrogênio, que em breve circularão na Universidade de São Paulo.

Em parceria com o SEST Senat, a EMTU/SP realizou em 11 e 12/09 no Terminal Magalhães Teixeira, em Campinas, ações em apoio à Semana Nacional do Trânsito (18 a 25/09) com o tema “Paz no trânsito começa com você”. O objetivo foi mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de lutar por um trânsito mais pacífico e seguro por meio de atividades educativas.

Com a retomada efetiva em 2023 do benefício da gratuidade no transporte metropolitano para a população entre 60 e 64 anos, 295 mil idosos se cadastraram para usufruto desse benefício naquele ano. Em 2024 esse número saltou para mais de 321 mil, um crescimento de quase 8,77%. Esse público realizou em 2024, mais de 29,7 milhões de viagens, somadas todas as RM's, representando 5,6% do número total de viagens realizadas.

Em 2024, foram incorporados à frota metropolitana do sistema regular 511 ônibus para melhor atender a população. Destes, 382 são ônibus zero quilômetro, (7,7% da frota). Além disso, do total de 4.986 veículos cadastrados nas cinco regiões metropolitanas, 2.537 (50,9%) são dotados de ar-condicionado, trazendo maior grau de conforto aos usu-

ários. Isso representa um crescimento de 15,9% em relação ao período de 2023.

Com 21 anos de operação, o Serviço Orca Zoo, faz o traslado entre o Terminal Metropolitano Jabaquara e o Parque Zoológico de São Paulo. Nesse período, transportou mais de 5 milhões de pessoas. Em 2024 foram transportadas 168.226 pessoas, com uma média de 1.698 nos finais de semana e feriados.

Ao longo do ano, foram realizadas 234 ações focadas nos passageiros e nos funcionários da empresa, as quais foram promovidas nas unidades da EMTU/SP, terminais metropolitanos e estações do VLT da Baixada Santista. As ações públicas abordaram campanhas de saúde, cultura, responsabilidade social e campanhas educativas.

Em novembro, a EMTU/SP recebeu o Exército Brasileiro para uma visita técnica ao Parque de Inovação Tecnológica (PIT) de São José dos Campos, com o objetivo de explorar oportunidades de colaboração em tecnologia e inovação. A iniciativa faz parte de uma estratégia da EMTU para identificar potenciais parcerias que contribuam para o desenvolvimento de soluções tecnológicas, estabelecendo uma relação de benefício mútuo entre as instituições.

Por essas ações e pelo bom desenvolvimento de suas atividades rotineiras, em 2024, do total de 2.961 notícias veiculadas sobre a EMTU/SP, 71,6% delas foram de matérias positivas e apenas 14,8% de negativas. Nas redes sociais, já são mais de 185,8 mil seguidores.

Com relação aos princípios ESG - Environmental, Social and Governance, além de sua inclusão nas metas da Estratégia de

1 - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento

Longo Prazo 2025-2029 e no Plano de Negócios 2025, a versão atualizada da Matriz de Riscos Corporativos (2025), inclui o Risco nº06 – Desalinhamento aos conceitos “Ambiental, Social e Governança” – ESG, procurando dessa forma manter o foco nessa pauta e na melhoria contínua nas práticas da empresa na implementação de ações.

Por fim, em 2024 o concluiu-se o projeto piloto com a Assessoria de Serviço Conveniada e Alternativo – AES (Ligado), visando a minimizar os riscos em relação aos dados pessoais utilizados pela área e à Lei Geral de Proteção de Dados.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Assim como todo o setor produtivo e de serviços, em 2024 a EMTU/SP apresentou uma melhora em relação ao cenário causado pela pandemia, sendo que os níveis de transporte de passageiros atingiram um percentual de 90% em comparação ao que se transportava no período pré-pandemia. Isso fez com que a EMTU começasse um processo de recuperação, graças a ações estabelecidas pela Direção, e pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, podendo assim manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia, sem recorrer a recursos de Terceiros ou do Estado.

Considerando que as receitas operacionais da EMTU/SP são diretamente proporcionais à demanda de passageiros, esse

contexto permitiu que a EMTU/SP mantivesse sua condição de empresa não dependente de recursos do Governo do Estado para suas atividades operacionais, fechando o ano de 2024 com um superávit financeiro de 7,3 milhões, honrando todos os compromissos junto aos seus fornecedores regularmente e sem a existência de nenhum passivo oneroso.

Até o encerramento do exercício de 2024, a EMTU não foi instada a se manifestar a respeito de toda a estruturação financeira necessária para o atendimento da lei nº 1413/24, portanto segue na manutenção regular das suas atividades financeiras.

No que diz respeito aos investimentos em 2024, houve uma dotação inicial de recursos de R\$ 273,0 milhões referentes à LOA 2024 (nº 17.863, de 22/12/2023) e R\$ 170,3 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, totalizando uma dotação de R\$ 443,3 milhões.

Durante o exercício de 2024, foram disponibilizados R\$ 391,6 milhões com recursos da Fonte 1 (Tesouro do Estado), de Fonte 6 – DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios) e Fonte 7 (Financiamento interno), tendo sido repassados o total de R\$ 318,9 milhões e utilizados R\$ 316,4 milhões, restando R\$ 2,5 milhões de saldo para utilização em 2025, representando 99,2% do recebido pela EMTU/SP.

Região	Empreendimento	Tesouro Estado (Fonte 1 e 6)	Financiamento (Fonte 7)	Total 2024
RMBS	VLT - SIM da Baixada Santista	R\$ 212.346.300	R\$ 34.043.279	R\$ 246.389.579
RMSP	Corredor Metrop. Itapevi - SP	R\$ 36.747.417	R\$ 23.678.288	R\$ 60.425.705
Geral	Demais Projetos	R\$ 9.556.748		R\$ 9.556.748
Total geral		R\$ 258.650.465	R\$ 57.721.567	R\$ 316.372.032

COMPROMISSOS DE CONSECUÇÃO DE OBJETIVOS

A EMTU/SP estabeleceu para si, cinco Objetivos Estratégicos, visando nortear sua atuação:

- I. Realizar gestão moderna, transparente, atuante e inclusiva, fortalecendo a marca e identidade da empresa;
- II. Manter a autossuficiência financeira, ampliar as fontes de receitas da empresa e garantir a infraestrutura atualizada e suficiente;
- III. Modernizar, gerenciar e fiscalizar a operação dos sistemas de baixa e média capacidade de transporte metropolitano, oferecendo serviços de excelência;
- IV. Ampliar as ações de inovação tecnológica e de preservação e responsabilidade socioambiental;
- V. Planejar e expandir a rede de transportes de baixa e média capacidade nas Regiões Metropolitanas do Estado de SP.

Visando registrar e organizar as ações para a consecução dos objetivos das políticas públicas nos próximos períodos, a EMTU/SP elaborou e divulgou os seguintes documentos:

- Plano de Negócios 2025 – (site)
- Estratégia de Longo Prazo 2025-2029 – (intranet)

PLANO ORÇAMENTÁRIO 2024

Para o exercício de 2025, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 182,9 milhões de Fonte 1 e R\$ 75,1 milhões de Fonte 7, aprovados pela LOA 2025 nº 18.078, de 03/01/2025, que somados aos valores de R\$ 219,4 milhões de Restos a Pagar, e R\$ 2,5 milhões de saldo inicial totalizam R\$ 479,9 milhões de dotação total

para o exercício, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 – Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual PPA 2024-2027 do Governo do Estado de São Paulo. Recursos de Fonte 7 serão utilizados exclusivamente para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT) – término do Trecho 2 – Cons. Nébias – Valongo.

FATORES DE RISCO

Em 2024, notou-se uma estabilização na tendência de aumento da demanda de passageiros. Os 528,1 milhões passageiros transportados em 2024 nas cinco regiões metropolitanas em que a EMTU/SP atua, foi 1,86% menor em comparação com o ano anterior. Foram quase 10 milhões a menos que número observado em 2023, quando se transportou quase 541 milhões de passageiros. No entanto, em relação ao exercício de 2022, ainda se verifica um aumento de 3,9%, indicando assim uma aparente estabilização em cerca de 81,5% do que o sistema da EMTU/SP transportava anteriormente à pandemia (2019).

Embora a gestão da empresa tenha sustentado seu equilíbrio econômico-financeiro, é necessário adotar uma postura mais cautelosa nos próximos anos, uma vez que não é possível afirmar que o número de passageiros retornará aos níveis anteriores a 2020, considerando as tendências atuais da mobilidade urbana e no estilo de vida da população.

A expansão da malha ferroviária, especialmente na RMSP, exigirá adaptações na operação das linhas de ônibus me-

tropolitanas. Além disso, as linhas que atendem municípios com isenção de tarifa de transporte municipal também poderão ser impactadas, resultando em possíveis perdas de passageiros e receitas.

Desse modo, o planejamento e a implementação de sistemas estruturadores integrados com outros sistemas de transporte, possibilitando o aumento de velocidade comercial das linhas e a qualidade no atendimento ao cliente, e o investimento em inovação com o propósito de melhorar a experiência dos usuários de transporte, são fatores importantes para a captação de novos clientes visando mitigar os efeitos da perda da demanda do transporte coletivo para o individual, conforme apontou o resultado da Pesquisa O/D 2023.

Por fim, o fator de risco de maior relevância é a extinção da companhia em resultado da transferência das atribuições da EMTU/SP para a ARTESP conforme determinado na Lei nº 17.293/2020 e na Lei Complementar nº 1.413/2024, regulamentada pelo Decreto Nº 69.339/2025. Em 24 de fevereiro de 2025 foi publicado o Decreto nº 69.375 de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a apresentação do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, e dá providências correlatas. Assim, os efeitos decorrentes da aprovação da referida Lei, deverão ocorrer a partir do exercício de 2025

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os dados relativos à remuneração da Administração da EMTU/SP podem ser consultados, nos termos da legislação vigente, em todos os seus detalhes, cifras e quadros, no Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo: www.transparência.sp.gov.br.

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da EMTU/SP declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2024, em conformidade com os incisos I, III e VIII do art. 8 da Lei federal nº 13.303, de 30/06/2016.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

Paulo Menezes Figueiredo
Presidente do Conselho

CONSELHEIROS

André Araújo Souza
Membro Independente

Edilson José da Costa

João Maurício Ferreira Maciel
Membro Independente

Gustavo de Carvalho Tapia Lira

Oliver dos Santos Hossepian Salles de Lima
Membro independente

Diego Allan Vieira Domingues

Rafael Ramos de Assis
Representante dos empregados

José Lopes Hott Junior

Rafael Soriano Rodas

Fabício Moura Moreira

Quem Somos



A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gerencia o transporte entre os municípios que compõem as Regiões Metropolitanas do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 31 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

Gestão do Transporte Metropolitano

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 488 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota de 3.699 ônibus e microônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24). Em 2024 foram transportados na RMSP cerca de 411,1 milhões de passageiros, correspondendo a uma queda de aproximadamente 2,5% em relação a 2023.



O Serviço de Fretamento nessa região possui 8.217 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 7.718 fiscalizações em campo, 44,6 mil fiscalizações eletrônicas e nos dois sistemas, Regular e Fretamento, 22.339 inspeções de frota.

Na RMSP está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus – Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi com 45 km de faixas (33 km exclusivas e 12 km compartilhadas) para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 15,6 km de extensão, sendo cerca de 12 km de faixa exclusiva para ônibus.

O Corredor Itapevi – São Paulo está em fase de implantação, sendo que os terminais Carapicuíba, Luiz Bortolosso (Km 21) e Vila Yara (Amador Aguiar) já estão em operação.

Atualmente todas as cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo possuem o serviço regular de ônibus em regime de Concessão. As concessionárias que operam na RMSP são as seguintes:

Região	Concessionária	Objeto	Principais municípios
Área 1 - Sudoeste	Intervias	Linhas regulares (comuns e seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapeerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista
Área 2 - Noroeste	Anhanguera	Linhas regulares (comuns e seletivas)	Barueri, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba
Área 3 - Nordeste	Internorte	Linhas regulares (comuns, seletivas e sist. aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel
Área 4 - Leste	Unileste	Linhas regulares (comuns e seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano
Área 5 - Sudeste	NEXT	Linhas regulares* (comuns e seletivas) Corredor Metropolitano São Mateus- Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo

* Por meio do Termo Aditivo n°13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A. ("NEXT Mobilidade"), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, foram assumidas na sua totalidade em março de 2022 pela NEXT.



BRT ABC

Com obras iniciadas no final de 2022, o BRT ABC é um sistema rápido de ônibus elétricos com 17,3 km de extensão, que conectará os municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André à capital paulista. A frota de 92 veículos elétricos (não poluentes), beneficiará cerca de 173 mil passageiros por dia em seus três terminais e 16 estações. A implantação está a cargo da concessionária NEXT Mobilidade que investirá cerca de R\$ 1 bilhão.

A 1ª fase das obras, que corresponde ao trecho de 3,8 km do Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, no cruzamento com a Avenida Winston

Churchill, possui 2,6 km de pavimento rígido em concreto armado, e destes 1,5 km de barreira de segurança do tipo New Jersey. Também foi concluída a Parada Metrôpole. (dez/23), e a previsão para o início da execução de estacas para fundações do Terminal São Bernardo é janeiro de 2025.

A 2ª fase do BRT-ABC, com extensão de aproximadamente 15 km, inclui 13 paradas, três viadutos, quatro pontes e cinco passarelas. Será construída a pista a partir da divisa de São Bernardo do Campo até o terminal Sacomã, em São Paulo. Foi iniciada a montagem do canteiro de obras do Terminal Tamandateí.

A Licença Ambiental de Instalação foi emitida pela Cetesb no final de janeiro de 2024. Nesta etapa, já estão concluídos 80% da pavimentação rígida (trecho 3) e 85% da terraplanagem, entra a praça Mauá e Couros (trecho 4). Estão em andamento a drenagem e reforço da base do muro e a prospecção das redes da CPTM no local de implementação (trecho 5); e 80% da pavimentação concluída (trecho 6).



CARTÃO TOP

Implementado em 2021, contribui para a modernização dos meios de pagamento dos transportes coletivos.

A principal característica dessa plataforma foi trazer todas as aplicações num mesmo cartão: sênior, escolar meia-tarifa, escolar passe livre, vale-transporte e comum; diferentemente do seu antecessor, o cartão BOM¹, que para cada aplicação exigia um cartão exclusivo.

Além de ser utilizado em todas as linhas da EMTU/SP na RMSP desde março de 2022, o cartão TOP é aceito nas linhas do Metrô e da CPTM, com desconto nas integrações. Ele também é aceito nos ônibus municipais de Arujá, Cotia, Rio Grande da Serra e Taboão da Serra. A bilhetagem TOP também possibilita o pagamento da tarifa do transporte por meio do QR Code (tíquete impresso) nas estações do Metrô e da CPTM, e a partir de 2023, de cartões de débito e crédito sem contato nas linhas da EMTU/SP.

¹ Após a implantação do TOP, não é mais possível fazer recargas no cartão BOM, mas este poderá ser utilizado até o fim do saldo residual existente. Em dez/24, restavam 447 mil cartões BOM ativos.

NOTÍCIAS

- Em março, uma nova etapa de obras foi iniciada para a construção do BRT-ABC, sistema rápido de ônibus elétricos que conectará a região do Grande ABC à capital. Os serviços avançaram na Av. Lauro Gomes, após o cruzamento da Av. Winston Churchill, em São Bernardo do Campo, com a remoção do piso asfáltico. A Fase 2, com extensão de aproximadamente 15 km, inclui 13 paradas, três viadutos, quatro pontes e cinco passarelas.
- Em outubro, foram entregues em Carapicuíba, dois viadutos e a pavimentação de mais 2,2 quilômetros do Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo (Terminal Vila Yara), além da conclusão das paradas Brasil e Poupatempo. Com investimentos de R\$ 80,2 milhões, o conjunto dos viadutos

contribui para desafogar o trânsito do centro de Carapicuíba, onde estão localizados os terminais metropolitano, municipal e a Estação da Linha 8-Diamante.

- Em 2024, a EMTU/SP realizou com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) uma visita técnica às instalações de produção de hidrogênio como parte da II Semana de Cultura, Ciência & Tecnologia, do instituto. A visita foi realizada na estação de produção, que se encontra na unidade da EMTU/SP em São Bernardo do Campo. O encontro marca um importante passo no convênio entre a EMTU/SP, o IPT e a USP, cujo objetivo é reabilitar o sistema de produção de hidrogênio e os ônibus movidos a célula a combustível hidrogênio, que em breve circularão na Universidade de São Paulo.

REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

A RMBS é formada por 9 cidades e por elas circulam 62 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota de 468 ônibus e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's) cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24) que em 2024 transportaram cerca de 59,2 milhões de passageiros, mantendo-se a demanda de 2023.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.113 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 5.703 fiscalizações em campo, 2.579 fiscalizações eletrônicas e nos dois sistemas, Regular e Fretamento, 3.558 inspeções de frota.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias-Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e

Barreiros-Samaritá (São Vicente), cuja implantação teve início em março de 2024 com a reforma (recuperação estrutural) e ampliação da Ponte dos Barreiros, numa primeira etapa.

VLT

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 Estações de Embarque e Desembarque. Em 2024, esse sistema transportou cerca de 8,3 milhões de passageiros, o que representa um aumento de 12% em relação a 2023.

A operação conta com o total de 22 veículos (VLT's) operacionais e o intervalo entre partidas no horário de pico é de 6 minutos.

REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 130 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 324 ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24) que em 2024 transportaram pouco mais de 31,0 milhões de passageiros, aproximadamente 3,6% menos passageiros que no ano de 2023.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.896 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 5.725 fiscalizações em campo, 4.313 fiscalizações eletrônicas e 13.812 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento, que corresponde a 19% a mais que em 2023.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 23,0 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS

- Em março, a EMTU/SP emitiu a Ordem de Início das obras de reforma e ampliação da Ponte A Tribuna, antiga Ponte dos Barreiros, que liga a área insular à área continental de São Vicente. A reforma marca o início da implantação da fase 3 do VLT da Baixada Santista, ligando o Terminal Barreiros à Samaritá. O investimento do Governo do Estado previsto para toda essa fase é de R\$562 milhões.
- Em setembro, a EMTU/SP e a Álya Construtora deram início à etapa de validação operacional da segunda fase do VLT no trecho entre Conselheiro Nébias e Valongo, no centro de Santos. Ao longo dos 8km de extensão, o projeto recebeu atividades de preparação e homologação de redes aéreas e de via permanente, inclusive com testes sem passageiros e a passagem da composição por todo o trecho, desde a conexão da Linha 1, no cruzamento da rua Campos Melo x Avenida Afonso Pena, percorrendo a área central de Santos.

NOTÍCIAS

- A EMTU/SP, em parceria com o SEST Senat - Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, realizou em 11 e 12/09 no Terminal Magalhães Teixeira, em Campinas, ações em apoio à Semana Nacional do Trânsito (18 a 25/09) com o tema "Paz no trânsito começa com você". O objetivo foi mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de lutar por um trânsito mais pacífico e seguro por meio de atividades educativas.





REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 70 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 423 ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24) que transportaram, em 2024, aproximadamente 14,5 milhões de passageiros, aproximadamente 1,0% menos passageiros que no ano de 2023.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 1.902 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 2.887 fiscalizações em campo, 1.918 fiscalizações eletrônicas e 5.605 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

■ O Novo Terminal Rodoviário de Pindamonhangaba, denominado Paulo de Andrade, foi inaugurado e já iniciou suas operações. Oito linhas intermunicipais que operam na cidade de Pindamonhangaba tiveram seus pontos iniciais transferidos para o novo Terminal Rodoviário da cidade.

■ No período de janeiro a junho de 2024, a EMTU/SP, em conjunto com a Polícia Militar do Estado de São Paulo realizou 128 operações de combate ao transporte não autorizado. Foram abordados 786 veículos nas modalidades regular e fretamento, número 14% maior em relação ao mesmo período de 2023. Essas fiscalizações resultaram na apreensão de 50 veículos que se encontravam em situação irregular. Foram aplicadas 788 autuações, quantidade 20% maior comparado ao período entre janeiro e junho de 2023.

REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

A RMS é composta por 27 municípios onde operam 75 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo com uma frota planejada para os dias úteis de 147 ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24). Em 2024, mais de 9,9 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano, correspondendo a um aumento na demanda de aproximadamente 1,4% em relação a 2023.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 2.005 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 1.265 fiscalizações em campo, 532 fiscalizações eletrônicas e 2.669 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

■ A EMTU/SP, em parceria com a Prefeitura de Sorocaba, Urbes – Trânsito e Transportes e o Colégio Apollo, realizou em junho uma ação de saúde no Terminal São Paulo, em Sorocaba. Os passageiros que estiveram no terminal receberam orientações sobre hábitos saudáveis e cuidados preventivos para evitar doenças, especialmente as silenciosas.

Estudantes e técnicos de enfermagem aferiram a pressão arterial e realizaram testes de glicemia, alertando sobre a importância de manter a saúde em dia.



Dados Gerais

Sistema Regular

CARACTERÍSTICAS DA FROTA | DEZ/24

Fonte: Relatório Gestão Operacional dez/2024 (Gerências Regionais)

Região	Idade média da frota (anos)	Veículos com acessibilidade	Total
RMSP	7,02	3.572	3.699
RMBS ônibus	2,04	468	468
RMBS VLT	8,73	22	22
RMC	8,10	312	324
RMVPLN	7,48	235	423
RMS	10,67	118	147
Total	6,78	4.727	5.083

PASSAGEIROS TRANSPORTADOS EM 2024

Fonte: Relatório De Gestão Operacional - Intranet

Região	Passageiros (milhões)
RMSP	411,08
RMBS	59,20
RMC	31,03
RMVPLN	14,50
RMS	9,93
Total	525,74

RENOVAÇÃO DA FROTA

Entre janeiro e dezembro de 2024, os consórcios e as permissionárias adquiriram 511 novos ônibus para atender a população. Destes, 382 são veículos 0km, 100% com acessibilidade universal, trazendo maior grau de conforto aos usuários. Há um esforço crescente por parte da EMTU/SP e da STM em aumentar o percentual da frota com esse perfil de qualidade dos ônibus.

Alguns pontos positivos merecem destaque:

1. No sistema Regular da RMSP, em 2012, eram 04 ônibus (0,1%) com USB disponível aos usuários; em 2020, o número subiu para 459 (9,5%) e, em 2024, 1.222 (33,9%) ônibus circulando com esse dispositivo. Na RMC 98,5% da frota possui entrada USB.
2. Em 2012 apenas 4 veículos (0,1%) dispunham de wi-fi. Já em 2024, o número subiu para 706 (14,2%); Na RMC, 100% da frota está dotada desse sistema tão demandado pelos usuários.
3. Atualmente 50,9% da frota metropolitana possuem ar-condicionado. Na RMSP, são 1.931 ônibus o que representa 53,6% da frota. Na Região do Vale do Paraíba, são 217 veículos o equivalente a 51,3%. Na RMC, 60,2% dos ônibus possuem esse importante item.
4. O número de veículos com assentos destinados a idosos também aumentou. Hoje 93,4% da frota metropolitana do sistema regular possui esse tipo de assento.

Outros Serviços

Além de gerenciar as linhas de ônibus do Serviço Regular Comum e Seletivo e corredores de ônibus de média capacidade, a EMTU/SP é responsável pelos seguintes serviços:

RTO (RESERVA TÉCNICA OPERACIONAL)

Serviço especial de característica complementar ao serviço Regular, que opera na RMSP com 99 veículos de baixa capacidade (até 20 passageiros).

PONTE ORCA ZOO (OPERADOR REGIONAL DE COLETIVO AUTÔNOMO)

Transporte especial operado por microônibus, facilitando o acesso direto dos visitantes ao Parque Zoológico de São Paulo. No Terminal Metropolitano Jabaquara os passageiros podem comprar o ingresso para o parque e a passagem de ônibus, no quiosque instalado na Plataforma A.

A operação é feita por 3 (três) veículos com pintura temática e capacidade para transportar 20 pessoas por viagem.

Em agosto de 2024, o Serviço Orca Zoo comemorou 21 anos de existência e nesse período, transportou mais de 5 milhões de pessoas. Com relação ao ano de 2024, foram realizadas 16.185 viagens transportando 168.226 pessoas, uma média de 301 passageiros por dia útil e 1.698 nos finais de semana e feriados. Julho foi o mês com maior demanda, concentrando 15,4% do total enquanto março a menor demanda, com 4%.

FRETAMENTO METROPOLITANO

Modalidade de transporte realizada por, atualmente, 2.512 empresas regularmente constituídas e registradas na STM que transportam pessoas para destinos pré-estabelecidos, dentro das regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, com contrato específico,

itinerário pré-definido. Os serviços são classificados como contínuo, eventual, próprio e escolar. A EMTU/SP é responsável pela inspeção e fiscalização de 19.133 veículos, entre ônibus rodoviários e micro-ônibus.

AIRPORT BUS SERVICE

Ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com destino aos Aeroportos de Congonhas, em São Paulo, e Governador André Franco Montoro, em Guarulhos, com ligações a pontos estratégicos da capital paulista: Terminais Rodoviários do Tietê e da Barra Funda e Circuito dos Hotéis Paulista/Augusta.

As três linhas executivas são operadas por ônibus rodoviários com poltronas reclináveis de alto padrão, sistema wi-fi, tomadas de energia, mesa para laptops, ar-condicionado e toailete.

SERVIÇO ESPECIAL

Em operação no corredor ABD, o Serviço Especial UBus (linha 287UBUS), transportou em média 21,6 mil passageiros por mês. Trata-se de um atendimento diferenciado no trecho entre os terminais de Santo André e Diadema com a utilização de ônibus rodoviários de alto padrão de conforto para os passageiros com ar-condicionado, poltronas reclináveis em couro, sistema wi-fi, tomadas de energia e bagageiro. Possui aplicativo exclusivo que permite a reserva antecipada do assento e controle dos horários. Não é permitido viajar em pé. Em 2024 foi responsável pelo transporte de quase 259 mil passageiros.



INSPEÇÃO DE FROTA

A EMTU/SP é responsável pela fiscalização e inspeção de cerca de 5 mil ônibus cadastrados no Sistema Regular (Comum e Seletivo), 604 micro-ônibus do Serviço SEC Ligado e 98 carros da Reserva Técnica Operacional (RTO). Gerencia e fiscaliza empresas que fazem fretamento, envolvendo 19,1 mil veículos desse serviço.

O trabalho de fiscalização de campo é realizado com a utilização do aplicativo para dispositivos móveis como celulares e tablets que oferecem redução no tempo para apreensão de veículos.

Com a atualização do manual de inspeção técnica veicular as equipes treinadas verificam 928 itens relacionados à segurança e manutenção dos veículos. Desse modo, agora são inspecionados 492 itens a mais que anteriormente. Isso se traduz em maior confiabilidade e segurança aos passageiros e ao trânsito geral.

Além disso, a EMTU/SP utiliza selos com QR Code para acesso às informações referentes à inspeção dos veículos, em 100% de sua frota das linhas gerenciadas pela EMTU/SP.

SISTEMAS REGULAR E FRETAMENTO JAN - DEZ/24

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet / Gerências Regionais

Região	Inspeções - 2023	Inspeções - 2024	Crescimento
RMSP	27.329	22.339	-18,3%
RMBS	3.623	3.558	-1,8%
RMC	12.795	13.812	7,9%
RMVPLN	5.035	5.605	9,2%
RMS	2.692	2.669	-3,0%
Total	42.686	47.983	-7,1%

CENTRO DE GESTÃO E SUPERVISÃO - CGS

Em 2024, por meio da fiscalização eletrônica, o CGS respondeu a 3.086 notificações da Ouvidoria relacionadas ao cumprimento de horário e desvios de itinerário. Realizou 415 edições de rotas no mapa do sistema de monitoramento, sendo 201 atualizações, 206 correções e 8 criações de linhas.

Foram registradas ainda 396.631 ocorrências operacionais, atendidas 103 operações no PAESE – Plano de Ação entre Empresas em Situação de Emergência.



Ações de Planejamento Operacional

As ações de planejamento operacional correspondem ao esforço da EMTU/SP em aprimorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes metropolitanos.

No período janeiro a dezembro de 2024, foram realizadas 4.340 intervenções para ajustes no planejamento operacional das linhas de todas as regiões. A tabela a seguir apresenta a quantidade de ajustes realizados por tipo de intervenção.

Intervenções	TOTAL RMs
Tabela Horária	2.456
Frota	1.350
Itinerário	227
Integração	97
Terminal	53
Paralisação/Cancelamento	36
Denominação	35
Tecnologia	34
Seccionamento Tarifário	30
Criação/Inclusão	14
Transformação	4
Característica	4
TOTAL	4.340

Fonte: DPL - Relatório de Gestão Operacional

MONITORAMENTO DA QUALIDADE

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
IQC	5,19	5,26	6,95	6,94	-	-	7,14	7,27	7,26

O Índice de Qualidade da Satisfação do Cliente – IQC, juntamente com os indicadores de operação, frota e aspectos econômico-financeiros, é parte integrante do Índice de Qualidade do Transporte - IQT e vem sendo aplicado desde o ano de 2005. As análises comparativas ao longo da história possibilitam a EMTU/SP definir procedimentos operacionais de planejamento que são repassados aos concessionários do sistema visando a melhoria dos serviços prestados. O IQC² é obtido através da avaliação individual dos passageiros em relação à qualidade percebida dos serviços de transporte metropolitano sob gerenciamento da EMTU/SP, por meio de aplicação de pesquisas com questionário estruturado junto a esses serviços.

Durante os anos de 2020 e 2021, as pesquisas que dão base ao IQC foram paralisadas em virtude da pandemia da COVID-19. Portanto, não há resultado do IQC nesses anos.

Em 2024 a pesquisa foi realizada em todas as regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU/SP alcançando no último período, um índice de 7,27. A tabela abaixo apresenta o crescimento positivo desse indicador até 2023 e estabilizando em 2024, apontando para o reconhecimento pelos passageiros, da qualidade do serviço prestado.

2- Desde 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

Integração tarifária entre linhas de Itapevi e Santana de Parnaíba

A partir de 14/09/2024, a EMTU/SP implantou nova opção de integração tarifária para as linhas metropolitanas 463 e 497, operadas pelo Consórcio Anhanguera, que atendem Itapevi, Santana de Parnaíba e Carapicuíba.

A tarifa integrada possibilitou desconto de 45,06% com o uso do cartão TOP. O benefício foi viabilizado objetivando a economia no valor das viagens para melhor atender os 9,3 mil passageiros que utilizam diariamente os serviços contemplados. Com a integração, os usuários contam agora com novas opções de oferta de viagens entre Itapevi e Santana de Parnaíba.

A linha 463 - Itapevi (Jardim Vitápolis) / Santana de Parnaíba (Residencial Tamboré III), realiza 65 viagens em dias úteis, com intervalo de 10 minutos no horário de pico, 36 viagens aos sábados e 20 viagens aos domingos e feriados. Já a linha 497 - Carapicuíba (Vila Dirce) / Santana de Parnaíba (Colinas da Anhanguera), realiza 76 viagens em dias úteis, com intervalo de 6 minutos no horário de pico, 50 viagens aos sábados e 30 viagens aos domingos e feriados.

Nova linha conectou Cururuquara ao centro de Jandira trazendo mais fluidez aos passageiros

A partir de 9 de dezembro de 2024, a EMTU/SP (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos) implementou a linha 247EX2, ampliando as opções de transporte público na região. O novo atendimento conectou Santana de Parnaíba (Cururuquara) a Jandira (Centro), passando por importantes pontos de interesse e trazendo mais fluidez, conforto e regularidade para os passageiros.

A linha 247EX2 utiliza a Rodovia Castello Branco e atende locais estratégicos, como o Distrito Industrial de Cururuquara, a fábrica da Cacau Show, a Eurofarma, o Polo Industrial de Jandira e a Estação Jandira da ViaMobilidade.

Além do trajeto principal, a nova linha permitiu a integração com três outras linhas metropolitanas para quem utilizar o cartão TOP:

- Linha 313 Itapevi (Divisa São Roque) - Santana de Parnaíba (Residencial Burle Marx), via Itapevi (Centro) e Jandira (Centro);
- Linha 860 Itapevi (COHAB/Jardim Paulista) - Osasco (Vila Yara), via Jandira (Centro);
- Linha 870 Osasco (Vila Yara) - Cotia (Terminal Metropolitano de Cotia).

Obras entregues ampliaram a mobilidade e a segurança viária

Em 19 de outubro de 2024, o governador Tarcísio de Freitas inaugurou em Carapicuíba duas obras viárias: Dois viadutos e a pavimentação de 2,2 km do Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo (Terminal Vila Yara), projeto também inclui a finalização das paradas Brasil, Poupatempo e Fórum, melhorando a mobilidade e a segurança para os usuários da região.



Com um investimento total de R\$ 80,2 milhões, as intervenções beneficiaram diretamente cerca de 70 mil passageiros que utilizam diariamente as 27 linhas intermunicipais que operam nesse trecho do corredor. A obra faz parte de um conjunto de ações voltadas para melhorar o transporte e desafogar o trânsito na região oeste da Grande São Paulo.

O novo trecho e os viadutos entregues buscam facilitar o fluxo de veículos e reduzir o tempo de viagem dos passageiros que transitam entre Itapevi e São Paulo. Além disso, a pavimentação melhora as condições de tráfego e a segurança viária, contribuindo para

um maior conforto para motoristas e usuários do transporte público.

A entrega das novas paradas Brasil, Poupatempo e Fórum também foi destacada como uma medida estratégica para garantir melhor acessibilidade e integração ao sistema de transporte intermunicipal. Essas paradas facilitaram o embarque e desembarque dos passageiros, melhorando a eficiência das viagens.

O Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo é parte de um projeto maior do governo estadual para ampliar as opções de transporte público e integrar diferentes modais.

Integração tarifária da Linha 925 na Baixada Santista

A partir de 23/12/2024, passageiros de 21 linhas municipais de Santos, pagarão apenas uma tarifa ao se integrar ao serviço da linha metropolitana 925 - São Vicente (Náutica III) - Santos (Centro), em 11 pontos específicos ao longo do trajeto. Essa medida beneficiará cerca de 500 dos 2 mil passageiros que utilizam diariamente a linha.

Com a integração, os passageiros pagarão o valor único de R\$ 5,55, economizando 48% do valor despendido na soma das tarifas municipal e metropolitana (R\$ 10,80). O benefício será válido para quem utilizar o cartão metropolitano – BR Card Comum e Vale Transporte – VT.

A integração com a linha 925 valerá para as seguintes linhas municipais de Santos: 29, 42, 61, 80, 100, 101, 102, 108, 118, 139, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 181, 184, 191, 193 e 194.

Responsabilidade Social



ESG - ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

O acrônimo ESG, do Inglês Environmental, Social and Governance, refere-se a uma grande tendência e uma necessária resposta das empresas frente aos desafios da sociedade contemporânea. O ESG é um conjunto de padrões e boas práticas que visa a definir se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada, servindo como um balizador para atestar que a organização possui a compreensão da influência que ela exerce, do impacto positivo ou negativo e do valor compartilhado que ela pode gerar por meio dos seus negócios perante todo o seu ecossistema de relacionamento.

Em busca ao atendimento aos princípios ESG, na mais recente versão da Matriz de Riscos Corporativos da EMTU/SP disponibilizada ao Conselho de Administração em 19/12/2024, foi dedicado o Risco nº6 Desalinhamento aos conceitos “Ambiental, Social e Governança” - ESG, procurando sempre manter o foco nessa pauta de melhoria contínua nas práticas da empresa.

1- A partir de 2018 a metodologia de apuração foi alterada visando simplificar o processo de atualização e a leitura do indicador. Assim, quando o índice de 2019 informa o valor de 6,94, significa que 69,4% dos entrevistados avaliam o serviço prestado pelo sistema metropolitano com sendo ótimo ou bom, revelando um bom índice de aprovação.

PASSAGEIRO ESPECIAL



SEC – SERVIÇO ESPECIAL CONVENIADO – LIGADO

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2024, o Ligado realizou 1,81 milhão de atendimentos, sendo 5 mil a mais que em 2023.

Em dezembro de 2024, havia 5.107 alunos cadastrados no sistema (1.120 na RMC e 3.987 na RMSP). Todos os 606 veículos do LIGADO (99 na RMC e 507 na RMSP), são totalmente adaptados e/ou adequados para pessoas com deficiência e monitorados via satélite.

Os alunos transportados estudam em 958 unidades escolares, 183 na RMC e 775 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino e da Associação de Amigos do Autista – AMA, da Associação de Assistência à Criança com Deficiência - AACD, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entre outras instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEDUC – Secretaria da Educação do Estado.

CENTRO DE ATENDIMENTO AO PASSAGEIRO ESPECIAL - CAPES

Em funcionamento desde setembro de 2000, o Centro de Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES SP completou 24 anos de atividade. Presente nas cinco Regiões Metropolitanas em que a EMTU/SP atua, o CAPES atende diariamente cerca de 350 pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em locais preparados para prestar o atendimento adequado com todos os dispositivos de acessibilidade necessários e dispõe de pessoas com deficiência no atendimento aos usuários com deficiência que buscam a isenção tarifária no transporte público metropolitano, tornando desta forma um atendimento mais humanizado.

Em 2024, os CAPES emitiram 52.535 benefícios (Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES). O processo de emissão da Carteira que é de uso exclusivo nas linhas de ônibus metropolitanas sob a gestão da EMTU/SP, é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde – UBS - cadastradas na EMTU/SP. Atualmente nas cinco Regiões Metropolitanas do Estado temos 1.300 unidades de saúde parceiras no atendimento as pessoas com deficiência que buscam a isenção tarifária junto a EMTU/SP.

Desde a sua inauguração, mais de 550 mil pessoas já foram beneficiadas, refletindo o compromisso da EMTU/SP com a inclusão, acessibilidade e respeito aos direitos de todos.

Desde 2016 em parceria a Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais - AME, os Centros de Atendimento ao Passageiro Especial dispõem de tradução em libras através da Plataforma ICOM, ferramenta de tradução simultânea de LIBRAS, realizada por uma videochamada, de maneira simples e direta,

conectando a pessoa surda ao ouvinte promovendo um atendimento inclusivo. Em 2023 o Governador Tarcísio de Freitas iniciou a implantação da plataforma ICOM nos órgãos públicos do Estado de São Paulo.

Em 2024, o Departamento de Atendimento ao Passageiro Especial (DPE) manteve o programa de Treinamento Continuo aplicado aos profissionais de todas as Unidades Básicas de Saúde cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde responsáveis pelo primeiro atendimento às Pessoas com Deficiência – PcD.

WEBCapes

Trata-se de uma plataforma desenvolvida pelos técnicos da EMTU/SP, em ambiente web, visando o atendimento on line dos usuários, com a inserção de documentos diretamente para o sistema de concessão de benefícios de isenção tarifária para pessoas deficientes, melhorando o atendimento à população e com mais agilidade nos processos.

Operação iniciada nas Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Campinas em 2023, hoje também está implantada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, na Região Metropolitana da Baixada Santista e na Região Metropolitana de São Paulo, totalizando a atuação nos 134 Municípios.

Reatech 2024

Entre 20 e 23 de novembro de 2024, foi realizado no Expo Brasil Paralímpico, a REATECH 2024 - Feira Internacional de Inclusão, Acessibilidade e Reabilitação. A EMTU/SP integrou o evento, através do DPE, divulgando o Programa de Isenção Tarifária as PcDs.



Virada Inclusiva 2024

A Virada Inclusiva 2024 aconteceu entre os dias 02 e 08 de dezembro/24, promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), a EMTU/SP através do DPE teve participação ativa com o evento Inclusão e Arte Urbana.

A ação contou com a criação de um mural de grafite, no Centro de Atendimento ao Passageiro Especial (Capes), no Jabaquara, idealizado pelo artista surdo ODRUS (@odrusone), que encantou a todos com seu talento e sensibilidade. Além do grafite, o evento promoveu oficinas de artes visuais inclusivas, abertas a surdos e ouvintes, reforçando o compromisso da EMTU/SP com a inclusão e a acessibilidade.

Carteira de Identificação do Passageiro Especial – CIPES

Usuários Cadastrados	Benefícios válidos	Carteiras emitidas em 2023
552.388	83.314	52.535

PASSAGEIRO ESCOLAR

O Passe Escolar Metropolitano é um benefício oferecido pela EMTU/SP a estudantes e professores nas cinco regiões metropolitanas do estado de São Paulo: Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), São Paulo (RMSP), Sorocaba (RMS) e Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Ele é destinado àqueles que residem em um município diferente do da instituição de ensino. Existem duas modalidades de benefício: Meia Tarifa e Passe Livre; destinam-se a trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

BENEFÍCIOS DO PASSE ESCOLAR

Meia Tarifa - desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam aos requisitos para obtenção do benefício.

MEIA-TARIFA

Número de viagens realizadas por estudantes e professores com benefício ativo no Sistema EMTU/SP em cada região metropolitana

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (B)	TOTAL
2015	24.808.263	1.753.979	859.601	462.179	-	27.884.022
2016	13.419.133	1.146.358	526.420	177.752	235.465	15.505.128
2017	9.358.266	900.033	478.736	247.922	307.475	11.292.432
2018	8.988.351	970.175	477.247	447.053	349.824	11.232.650
2019	8.371.494	1.053.126	456.388	565.330	324.936	10.771.274
2020 (A)	1.392.047	155.347	49.173	58.450	43.080	1.698.097
2021 (A)	1.685.829	219.570	79.939	87.102	64.767	2.137.207
2022	5.659.189	718.866	264.393	227.395	265.143	7.134.986
2023	7.298.669	775.094	274.650	246.906	278.799	8.874.118
2024	6.098.859	818.305	263.916	253.179	267.802	7.702.061
PERÍODO	87.080.100	8.510.853	3.730.463	2.773.268	2.137.291	104.231.975

(a) Números impactados pela pandemia do coronavírus.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

MEIA-TARIFA

Representatividade das viagens realizadas por estudantes e professores com benefício ativo em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (B)	TOTAL
2015	4,5%	2,7%	1,8%	1,9%	-	4,0%
2016	2,6%	1,8%	1,1%	0,8%	2,8%	2,3%
2017	1,9%	1,4%	1,1%	1,1%	2,0%	1,7%
2018	1,8%	1,5%	1,2%	2,0%	2,4%	1,7%
2019	1,7%	1,6%	1,2%	2,6%	2,4%	1,7%
2020 (A)	0,5%	0,4%	0,2%	0,6%	0,8%	0,4%
2021 (A)	0,5%	0,5%	0,3%	0,8%	1,0%	0,5%
2022	1,4%	1,3%	0,8%	1,6%	2,9%	1,4%
2023	1,7%	1,3%	0,9%	1,7%	2,8%	1,6%
2024	1,5%	1,4%	0,9%	1,7%	2,7%	1,5%
PERÍODO	2,0%	1,4%	1,0%	1,6%	2,3%	1,8%

(a) Números impactados pela pandemia do coronavírus.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

Passe Livre - isenção integral no pagamento da passagem dos ônibus da EMTU/SP a estudantes dos ensinos fundamental e médio matriculados em escolas públicas, bolsistas do Programa Universidade para Todos (PROUNI), estudantes financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), estudantes integrantes do Programa Bolsa Universidade - Programa Escola da Família, estudantes atendidos por programas governamentais de cotas sociais, estudantes "Baixa Renda", que são aqueles que comprovem renda familiar per capita inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional. Professores não têm direito a este benefício.

Em 2024, foram realizadas 6,1 milhões de viagens pelos estudantes beneficiados com o Passe Livre nas cinco regiões metropolitanas gerenciadas pela EMTU/SP. Destaca-se que esse número permaneceu quase inalterado em relação a 2023, quando foram realizadas 6 milhões de viagens com o Passe Livre. O acumulado no período 2015-2024 foi de 90,8 milhões de viagens de estudantes com 100% de desconto na tarifa.

PASSE LIVRE

Número de viagens realizadas por estudantes com benefício ativo no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (B)	TOTAL
2015	3.243.280	523.079	112.061	50.765	-	3.929.185
2016	12.950.680	1.171.510	466.295	124.010	339.346	15.051.841
2017	14.006.864	1.552.105	613.522	101.046	524.495	16.798.032
2018	13.692.506	2.018.394	660.798	314.289	669.937	17.355.924
2019	11.710.615	2.507.639	915.593	430.498	753.421	16.317.766
2020 (A)	835.390	291.128	69.280	33.831	59.497	1.289.126
2021 (A)	1.177.543	346.939	83.103	30.969	94.841	1.733.395
2022	3.851.231	1.290.874	352.808	247.953	408.900	6.151.766
2023	3.936.958	1.070.428	346.841	287.677	367.916	6.009.820
2024	4.080.425	1.018.007	324.115	320.863	378.076	6.121.486
PERÍODO	69.485.492	11.790.103	3.944.416	1.941.901	3.596.429	90.758.341

(a) Números impactados pela pandemia do coronavírus.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

Número de viagens realizadas por estudantes com benefício ativo no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (B)	TOTAL
2015	0,6%	0,8%	0,2%	0,2%	-	0,6%
2016	2,5%	1,8%	1,0%	0,5%	4,0%	2,3%
2017	2,8%	2,4%	1,4%	0,4%	3,5%	2,6%
2018	2,7%	3,1%	1,6%	1,4%	4,5%	2,7%
2019	2,3%	3,7%	2,4%	2,0%	5,5%	2,5%
2020 (A)	0,3%	0,7%	0,3%	0,3%	1,1%	0,3%
2021 (A)	0,4%	0,8%	0,3%	0,3%	1,5%	0,4%
2022	1,0%	2,3%	1,1%	1,7%	4,5%	1,2%
2023	0,9%	1,8%	1,1%	2,0%	3,8%	1,1%
2024	1,0%	1,7%	1,0%	2,2%	3,8%	1,2%
PERÍODO	1,6%	2,0%	1,1%	1,1%	3,9%	1,6%

(a) Números impactados pela pandemia do coronavírus.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Em 2024, houve mais de 112 mil solicitações de Passe Escolar por estudantes e professores das cinco regiões metropolitanas em que a EMTU/SP atua, das quais 79,7% foram deferidas pela EMTU/SP, em razão de as demais não comprovarem os requisitos mínimos para obtenção do benefício.

Das 89.749 solicitações deferidas pela EMTU/SP, 44,7% eram de estudantes com isenção total no pagamento da tarifa (Passe Livre) e 55,3% de estudantes e professores com desconto de 50% no valor da passagem do ônibus (Meia Tarifa).

ANO	BENEFÍCIO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (B)	TOTAL	REPRESENTA
2023	Passe Livre	30.280	4.695	2.074	2.051	2.280	41.380	49,7%
	Meia Tarifa	30.639	5.094	2.246	2.337	1.534	41.850	50,3%
	TOTAL	60.919	9.789	4.320	4.388	3.814	83.230	100,0%
	REPRESENTA	73,2%	11,8%	5,2%	5,3%	4,6%	100,0%	
2024	Passe Livre	28.979	4.639	1.981	2.223	2.276	40.098	44,7%
	Meia Tarifa	37.724	5.334	2.445	2.513	1.635	49.651	55,3%
	TOTAL	66.703	9.973	4.426	4.736	3.911	89.749	100,0%
	REPRESENTA	74,3%	11,1%	4,9%	5,3%	4,4%	100,0%	

PASSE ESCOLAR

Proporção de viagens realizadas por beneficiários no Sistema EMTU/SP

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Período
Meia Tarifa	87,6%	50,7%	40,2%	39,3%	39,8%	56,8%	55,2%	53,7%	59,6%	55,7%	53,5%
Passe Livre	12,4%	49,3%	59,8%	60,7%	60,2%	43,2%	44,8%	46,3%	40,4%	44,3%	46,5%

Número de instituições de ensino com cadastro ativo na EMTU/SP

Escolas - Em 2024, 2.775 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 1.911 instituições (68,9%) estavam localizadas na RMSP. As instituições de ensino da RMBS representaram 11,2% do total cadastrado na EMTU/SP.

Ano	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS	TOTAL
2024	1.911	312	156	225	171	2.775
	68,9%	11,2%	5,6%	8,1%	6,2%	100,0%

O benefício do Passe Escolar é oferecido às escolas das 134 cidades integrantes das regiões metropolitanas do estado. Instituições de ensino localizadas fora dos municípios das cinco regiões metropolitanas não podem estar cadastradas na EMTU/SP, ainda que seus estudantes e professores tenham seu domicílio localizado em uma região metropolitana do estado de São Paulo.

PASSAGEIRO IDOSO

Idosos a partir dos 60 anos de idade podem embarcar gratuitamente nos ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo gerenciado pela EMTU/SP nas cinco regiões metropolitanas do estado de São Paulo: Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), São Paulo (RMSP), Sorocaba (RMS) e Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Eles formam dois grupos denominados “a partir dos 65 anos de idade (Sênior Federativo)” e “de 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista)”.

Juntos, os dois grupos realizaram 420,1 milhões de viagens no período 2015-2024, cuja proporção é de 52,6% para o Sênior Federativo e 47,4% para o Sênior Paulista. Eles representam 7,4% do total de passageiros transportados no Sistema EMTU/SP.

Em 2023, a proporção do Sênior Federativo era de 66,8%, enquanto o Sênior Paulista representava 33,2% do total de idosos. Já em 2024, a proporção entre os dois grupos se alterou levemente: os que têm a partir de 65 anos de idade foram reduzidos para 61,6% do grupo de idosos, enquanto os de 60 a 64 anos de idade aumentaram para 38,9%. A proporção menor de idosos no Sênior Paulista, em 2023, deve-se ao restabelecimento do benefício apenas no início de fevereiro, cujo recadastramento se deu ao longo dos meses, quando os idosos foram tomando conhecimento do retorno do benefício.

Em 2024, ambos os grupos de idosos realizaram 66,4 milhões de viagens no Sistema EMTU/SP. No período 2015-2024, o Governo do Estado de São Paulo isentou do pagamento da tarifa 420,1 milhões de viagens realizadas pelos idosos.

Proporção de viagens realizadas por idosos no Sistema EMTU/SP

ANO	A partir dos 65 anos (Sênior Federativo)	De 60 a 64 anos (Sênior Paulista)
2015	54,3%	45,7%
2016	38,9%	61,1%
2017	32,7%	67,3%
2018	34,5%	65,5%
2019	36,5%	63,5%
2020	39,1%	60,9%
2021	90,2%	9,8% (a)
2022	100,0%	(b)
2023	66,8%	33,2% (c)
2024	61,1%	38,9%
PERÍODO	52,6%	47,4%

(a) Até janeiro; benefício descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

(b) Benefício inexistente.

(c) A partir de fevereiro; benefício restabelecido pela Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022 e regulamentado pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023 e STM 3 de 30/01/2023.

GRATUIDADE A PARTIR DOS 65 ANOS DE IDADE

Sênior Federativo O acesso gratuito ao transporte público é garantido pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal 10.741 de 1º/10/2003) aos maiores de 65 anos de idade. Nessa faixa etária, o idoso pode apresentar qualquer documento pessoal que faça prova da sua idade e desembarcar pela porta dianteira do ônibus ou mesmo ter a catraca liberada pelo motorista por meio da botoeira do validador. Caso o idoso tenha o cartão de transporte (TOP na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões

próprios das operadoras permissionárias na RMVPLN e RMS), poderá aproximá-lo do validador do ônibus, passar pela catraca e realizar o desembarque pela porta traseira do veículo; com a utilização do cartão de transporte, a oferta de assentos ao idoso é maior, o que lhe garante maior comodidade em sua viagem.

Proporção de viagens realizadas por idosos no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC (a)	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	5.069.061	12.134.456	-	702.650	-	17.906.167
2016	10.434.543	5.980.476	1.321	561.044	163.958	17.141.342
2017	15.407.507	722.340	106	432.839	330.230	16.893.022
2018	18.446.678	2.049.221	5	500.233	467.832	21.463.969
2019	20.942.458	2.928.024	541.856	558.250	518.079	25.488.667
2020	11.733.914	1.899.109	1.093.876	302.079	223.289	15.252.267
2021	13.070.944	2.156.237	1.270.102	346.654	223.746	17.067.683
2022	17.746.734	2.731.027	1.666.983	1.102.737	287.177	23.534.658
2023	30.700.201	2.951.116	2.208.003	1.315.607	326.078	37.501.005
2024	29.419.802	2.828.493	2.556.563	1.566.674	379.264	36.750.796
PERÍODO	172.971.842	36.380.499	9.338.815	7.388.767	2.919.653	228.999.576

Representatividade das viagens realizadas por idosos a partir de 65 anos de idade em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC (a)	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	0,9%	18,5%	-	2,9%	-	2,6%
2016	2,0%	9,4%	-	2,4%	1,9%	2,6%
2017	3,1%	1,1%	-	1,9%	2,2%	2,6%
2018	3,6%	3,1%	-	2,3%	3,2%	3,3%
2019	4,1%	4,3%	1,4%	2,6%	3,8%	3,9%
2020	3,9%	4,5%	4,7%	2,9%	4,0%	4,0%
2021	4,1%	4,8%	5,1%	3,2%	3,6%	4,2%
2022	4,4%	4,8%	5,4%	7,8%	3,1%	4,6%
2023	7,3%	4,9%	6,9%	9,0%	3,3%	7,0%
2024	7,2%	4,8%	8,2%	10,8%	3,8%	7,0%
PERÍODO	3,9%	6,2%	2,6%	4,1%	3,1%	4,0%

(a) Sem controle e registro organizado da gratuidade. Foram sistematizados a partir de 2019, mas ainda não alcançam os que desembarcam pela porta dianteira sem passar pela catraca.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

GRATUIDADE PARA PESSOAS COM 60 A 64 ANOS

Sênior Paulista O acesso ao transporte metropolitano também é gratuito aos idosos de 60 a 64 anos de idade (Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022) nas linhas do serviço comum, por meio do uso de cartão de transporte (TOP na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões próprios das operadoras permissionárias na RMVPLN e RMS); nessa faixa etária, a apresentação de documento não é válida; caso não possua cartão, o idoso deverá pagar a tarifa da linha normalmente.

O benefício Sênior Paulista, teve sua implementação autorizada em 2013 (Lei 15.187 de 29/10/2013 e Decreto 60.595 de 02/09/2014), perdurou por seis anos, mas foi descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

Porém, em 2023, a gratuidade foi restabelecida pela Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022 e regulamentado pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023 e Resolução STM 3 de 30/01/2023. Esse benefício permanece disponível nas cinco regiões metropolitanas do estado de São Paulo.

A legislação estabelece que os idosos de 60 a 64 anos de idade interessados no benefício do Sênior Paulista devem ser previamente cadastrados pelas operadoras. Para usufruírem dos benefícios, os idosos devem portar um cartão de transporte (smartcard), utilizados nos validadores dos ônibus, que liberam gratuitamente a catraca. O número de beneficiários ativos que possuíam o Sênior Paulista nas cinco regiões metropolitanas em 2024 era de 321.870 idosos, aumento de 8,8% em relação ao ano anterior (2023), que foi de 295.870 idosos.

Benefícios concedidos aos idosos de 60 a 64 anos de idade com cadastro ativo no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC (d)	RMVPLN	RMS (e)	TOTAL
2015	194.347	25.378	5.114	9.377	-	208.838
2016	251.763	32.017	8.968	14.969	5.789	313.506
2017	296.990	37.522	12.445	19.583	7.698	374.238
2018	341.162	43.499	15.902	21.773	10.380	432.716
2019	368.190	47.110	17.642	24.833	12.335	470.110
2020	308.098	42.581	46.786	90.507	43.324	531.296
2021 (a)	-	-	-	-	-	-
2022 (b)	-	-	-	-	-	-
2023 (c)	167.150	34.107	22.096	25.497	47.020	295.870
2024	195.586	33.390	26.252	31.583	34.994	321.805
REPRESENTA (f)	60,8%	10,4%	8,2%	9,8%	10,9%	100,0%

(a) Benefício descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

(b) Benefício inexistente.

(c) A partir de fevereiro; benefício restabelecido pela Resolução STM 03 de 30/01/2023 (Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022, regulamentada pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023).

(d) Sem controle e registro organizado da gratuidade. Foram sistematizados a partir de 2019, mas ainda não alcançam os que desembarcam pela porta dianteira sem passar pela catraca.

(e) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

(f) A representatividade refere-se ao ano de 2024.

A partir do restabelecimento do benefício em 2023, foram realizadas 38,3 milhões de viagens por idosos de 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) nas cinco regiões metropolitanas. Nesse período, o número de viagens na RMSP saltou 511,1%, passando de 3,7 milhões, em 2023, para 22,4 milhões de viagens, em 2024.

O número menor de viagens em 2023 deve-se ao restabelecimento gradual do benefício, cujo recadastramento se deu ao longo dos meses, quando os idosos passaram a saber do retorno do benefício; em 2024, a maioria dos idosos já usavam plenamente o benefício.

Viagens realizadas por idosos de 60 a 64 anos de idade no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC (d)	RMVPLN	RMS (e)	TOTAL
2015	5.817.704	2.192.029	428.523	182.675	-	8.620.931
2016	14.519.426	3.358.377	988.719	329.243	211.454	19.407.219
2017	22.451.070	4.690.474	1.148.540	397.852	527.514	29.215.450
2018	25.780.856	5.407.856	1.324.778	871.966	526.638	33.912.094
2019	29.457.505	5.779.398	1.330.656	1.186.698	560.995	38.315.252
2020	16.651.601	3.210.802	1.070.202	527.920	271.187	21.731.712
2021 (a)	1.259.745	255.314	84.791	39.337	19.379	1.658.566
2022 (b)	-	-	-	-	-	-
2023 (c)	3.673.120	3.050.948	1.111.786	439.357	291.233	8.566.444
2024	22.445.647	4.195.975	1.851.947	679.085	522.944	29.695.598
PERÍODO	142.056.674	32.141.173	9.339.942	4.654.133	2.931.344	191.123.266

Representatividade das viagens realizadas por idosos de 60 a 64 anos de idade em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC (a)	RMVPLN	RMS (d)	TOTAL
2015	1,1%	3,3%	0,9%	0,8%	-	1,3%
2016	2,8%	5,3%	2,2%	1,4%	2,5%	2,9%
2017	4,5%	7,3%	2,7%	1,7%	3,5%	4,5%
2018	5,1%	8,2%	3,3%	4,0%	3,6%	5,2%
2019	5,8%	8,6%	3,4%	5,5%	4,1%	5,9%
2020	5,5%	7,7%	4,6%	5,1%	4,9%	5,7%
2021	0,4%	0,6%	0,3%	0,4%	0,3%	0,4%
2022	-	-	-	-	-	-
2023	0,9%	5,1%	3,5%	3,0%	3,0%	1,6%
2024	5,5%	7,1%	6,0%	4,7%	5,3%	5,6%
PERÍODO	3,2%	5,5%	2,6%	2,6%	3,2%	3,4%

(a) Até janeiro; benefício descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

(b) Benefício inexistente.

(c) A partir de fevereiro; benefício restabelecido pela Resolução STM 03 de 30/01/2023 (Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022, regulamentada pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023).

(d) Informações disponíveis a partir de junho de 2016.

PASSAGEIRO DESEMPREGADO

No Corredor Metropolitano ABD (São Mateus - Jabaquara), o usuário desempregado tem direito à isenção tarifária. O trabalhador demitido, há no mínimo dois meses e no máximo seis meses, com registro em carteira por pelo menos seis meses contínuos tem direito à isenção. Outro pré-requisito para a concessão do benefício é que a pessoa resida ou tenha trabalhado na região do Corredor ABD (São Mateus-Jabaquara). A isenção tem validade de 28 dias corridos.

Benefícios concedidos - histórico

ANO	QUANT.
1999	3.957
2000	3.215
2001	4.487
2002	6.473
2003	5.673
2004	5.155
2005	2.956
2006	2.153
2007	1.337

ANO	QUANT.
2008	2.304
2009	3.113
2010	1.608
2011	1.386
2012	1.059
2013	905
2014	842
2015	1.202
2016	1.687

ANO	QUANT.
2017	1.062
2018	670
2019	623
2020	288
2021	180
2022	159
2023	142
2024	127
PERÍODO	52.763

Em 2024, dos 127 desempregados que adquiriram o benefício, a maioria era residente no município de Diadema.

A maioria dos beneficiários requereu apenas uma vez o passe desempregado. Porém, alguns fizeram uso do benefício mais de uma vez. Importante destacar que, mesmo após os 28 dias de vigência da isenção no pagamento da tarifa, o benefício do desempregado só poderá ser solicitado novamente após novo vínculo empregatício.

Representação por domicílio	
55,1%	Diadema
25,6%	São Bernardo do Campo
9,6%	São Paulo
7,4%	Santo André
1,9%	Mauá
0,3%	São Caetano do Sul
0,1%	Outros

RELACIONAMENTO COM OS CLIENTES

Em 2024, a EMTU/SP, por meio da GMI, e em parceria com diversas instituições públicas e privadas realizou 234 ações nos terminais metropolitanos, sendo 120 relacionadas à saúde preventiva e 114 à cultura, responsabilidade social e campanhas educativas.

Podemos citar algumas iniciativas como: combate ao diabetes, hipertensão arterial, tipos de câncer, doenças sexualmente transmissíveis, educação no trânsito, exposições itinerantes, concurso de fotografia sobre transporte público metropolitano, combate à violência contra a mulher, orientações sobre direito do consumidor, expansão do Programa Giralibro para estações do VLT, entre outras.

EMTU/SP NA COMUNIDADE

O diálogo com a comunidade no entorno das obras do VLT é um trabalho fundamental para que o projeto evolua e esteja alinhado com todos, atendendo as demandas dos moradores/comerciantes e comunicando com antecedência os trabalhos realizados.

A EMTU/SP, em parceria com a prefeitura de Santos, CET e a comunicação social da construtora, realizou um intenso trabalho de comunicação social com a comunidade sobre as ações e interdições de ruas, avanço e balanço das obras, entre outras comunicações necessárias a comunidade lideira. Os comunicados foram feitos por meio de meio de informativos físicos e eletrônicos, por panfletos, porta a porta, whatsapp, canais oficiais para sugestões e reclamações, no site vltsantos.com.br, diário oficial do município e pela imprensa.

COMUNICAÇÃO COM OS USUÁRIOS

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou centenas de cartazes informativos do Via EMTU/SP nos ônibus como forma de reforçar a divulgação feita na imprensa, redes sociais e site.



REDES SOCIAIS

A EMTU/SP soma mais de 184 mil seguidores nas redes sociais. Até dezembro de 2024, o Twitter da EMTU/SP contava com 65,6 mil seguidores; o Facebook 40,9 mil; o Youtube mais de 5,56 mil internautas inscritos; Instagram 43,4 mil; LinkedIn 11,8; TikTok 7,4; Threads 9,2 mil seguidores. Foram produzidos mais de 3.700 posts para redes sociais e realizados 12.381 atendimentos de SAC 2.0 em 2024.

INTERNET

Em 2024 o site www.emtu.sp.gov.br contou com 867 mil usuários ativos e 20,5 milhões de visualizações.

APLICATIVO

Até o momento já foram realizados mais de 4,7 milhões de downloads do aplicativo para celulares e tablets para consulta de linhas de ônibus, programação da viagem, tempo de percurso, sendo mais de 495 mil apenas neste ano de 2024.

IMPrensa

A política de transparência adotada pela empresa no relacionamento com a imprensa das cinco Regiões Metropolitanas facilita a relação com os usuários, com a ampla divulgação de assuntos de interesse geral. Foram realizados 914 atendimentos de pedidos de imprensa, 390 releases e cerca de 15 briefings mensais para suporte a diretoria, STM e a Secretaria de Comunicação do Governo do Estado.

MATERIAL IMPRESSO

Para garantir a compreensão dos usuários sobre mudanças operacionais, criação de linhas, entre outras providências, a EMTU/SP disponibilizou centenas de cartazes informativos do Via EMTU/SP nos ônibus como forma de reforçar a divulgação feita na imprensa, redes sociais e site.

EVENTOS TÉCNICOS

Alguns eventos técnicos marcaram a trajetória da empresa. Em novembro, a EMTU/SP recebeu o Exército Brasileiro para uma visita técnica ao Parque de Inovação Tecnológica (PIT) de São José dos Campos. O encontro teve o objetivo de explorar oportunidades de colaboração em tecnologia e inovação. A iniciativa faz parte de uma estratégia da EMTU/SP para identificar potenciais parcerias que contribuam para o desenvolvimento de soluções tecnológicas, estabelecendo uma relação de benefício mútuo entre as instituições. No local, a EMTU/SP mantém desde o início do ano um escritório dedicado ao encontro de soluções inovadoras em transporte.

Em outubro, a EMTU/SP recebeu o IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), para uma visita técnica às instalações de produção de hidrogênio como parte da II Semana de Cultura, Ciência & Tecnologia, do instituto. A visita foi realizada na estação de produção, que se encontra na unidade da empresa em São Bernardo



do Campo. O encontro marca um importante passo no convênio entre a EMTU/SP, o IPT e a USP, cujo objetivo é reabilitar o sistema de produção de hidrogênio e os ônibus movidos a célula a combustível hidrogênio, que em breve circularão na Universidade de São Paulo.

O Comitê Diretor de Transporte Integrado – CDTI, esteve na unidade da EMTU/SP em São Bernardo do Campo em abril para uma visita técnica, na qual conheceu a estação de produção de hidrogênio e o Centro de Gestão e Supervisão.

O CDTI foi formado em 2006 pela necessidade de apoio recíproco no planejamento, na gestão e na troca de experiências dos serviços do Transporte Urbano de Passageiros na Região Metropolitana de São Paulo e no Município de São Paulo. Participam do Comitê representantes da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos - STM e suas empresas vinculadas, a Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô, a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, e do Município de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT e suas empresas vinculadas, a Companhia de Engenharia de Tráfego - CET e São Paulo Transporte S.A. - SPTrans.



ATENDIMENTO AOS CLIENTES E COMUNIDADES

Em 2024, a Ouvidoria e a Central de Atendimento ao Cliente, entre ligações telefônicas e outras formas de comunicação (cartas, internet etc.) realizaram mais de 73,5 mil atendimentos e deste total 79,93% estavam relacionados a solicitações de informações.

As principais solicitações continuam sendo sobre Passe Escolar, Serviços das Linhas Intermunicipais, Carteira Passageiro Especial e Horários. Reclamações e/ou denúncias representaram 17,92% dos atendimentos, enquanto 2,15% dos contatos foram realizados para encaminhar sugestões e elogios. Os clientes podem entrar em contato com a EMTU/SP por meio do formulário eletrônico, disponibilizado no site da empresa, por formulário impresso, por carta, pessoalmente – na unidade de São Bernardo do Campo ou pelo número 0800 724 0555.

Item	Descrição	Quantidade	Participação no total de atendimento (%)
Informações	Passe Escolar	22.832	31,0
	Serviços das linhas intermunicipais	10.762	14,6
	Carteira Pass. Especial	5.060	6,9
	Itinerário	5.004	6,8
	Outras*	15.297	20,7
Subtotal - Informações		58.955	79,9
Demandas	Sugestões	1.383	1,9
	Elogios	198	0,27
	Reclamações	13.198	17,9
	Denúncias	19	0,03
Subtotal - Demandas		14.798	20,1
Total		73.753	100

(*) Telefone, endereço, greve, horário, integração, isenção tarifária, passe desempregado, passe idoso, Ligado e vale transporte.

Meio Ambiente

PROGRAMA CONSCIENTIZAR

Região	Inspecões	Aprovação
RMSP	7.116	52%
RMBS	1.160	97%
RMC	2.823	86%
RMVPLN	812	64%
RMS	991	65%
Total	12.902	65%

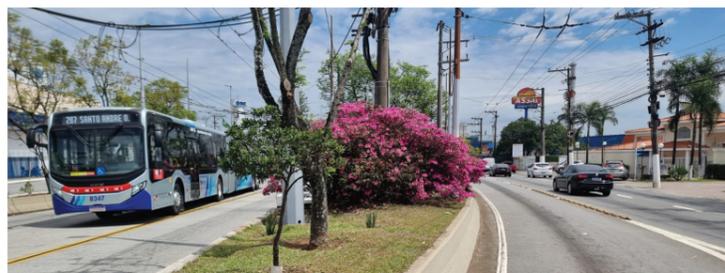
Fonte: Gerências Regionais

O programa "Conscientizar" avalia, por meio do equipamento Opacímetro, a fumaça liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e, tem por objetivo conscientizar as empresas operadoras do Sistema Metropolitano de Transportes sobre pneus (Regular e Fretamento) sobre a importância de se manter motores dos veículos regulados, a manutenção adequada e o uso de combustível e boa procedência, diminuindo assim a emissão de material particulado na atmosfera e contribuindo com o meio ambiente.

A EMTU/SP foi inscrita no Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel - PMMVD da Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB em 2022, ficando autorizada a emitir Relatórios de Medição de Opacidade - RMO, documento que comprova a conformidade dos veículos em programas de gestão de frota e podem ser utilizados, também, para obtenção na redução de valores de multas junto à CETESB.

Em 2024, foram realizadas 12.902 medições de opacidade – 11,7% (1.352) a mais em relação à 2023, com uma aprovação de 65%.

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO



O contrato de concessão com a NEXT Mobilidade prevê a remessa, da concessionária à EMTU/SP, de uma série de informações de caráter ambiental que são analisadas para definição do desempenho ambiental de suas garagens, conforme metodologia desenvolvida no Programa STAQ - Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, no âmbito de um convênio de cooperação técnica que houve entre a EMTU/SP e a ANTP.

Com foco na melhoria dos processos internos referentes à avaliação das garagens, foi desenvolvido pela EMTU/SP um sistema informatizado que é utilizado pela NEXT Mobilidade para o envio dos dados, possibilitando maior agilidade na coleta das informações e aumentando a confiabilidade da avaliação de seu desempenho ambiental.

As análises tiveram início com base nos dados do terceiro quadrimestre de 2021 e, desde então, relatórios de caráter colaborativo têm sido elaborados e enviados à empresa concessionária no sentido de identificar melhores práticas que possam propiciar a otimização de seu desempenho ambiental, buscando melhoria da eficiência energética, economia na utilização de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.

Ações Administrativas

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



ÁREA DE CONFORMIDADE, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO (ACI)

Em 2024, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno – ACI, como parte do acompanhamento da Matriz de Riscos Corporativos (MRC) da EMTU/SP, realizou entrevistas em toda a empresa a fim de levantar não apenas a ocorrência de algum risco, mas também em prestar suporte aos gestores de maneira contínua e coerente, alinhado à aplicabilidade das ações indicadas no PAC e do PAP previstos.

Paralelamente, a área procedeu à revisão da MRC, considerando-se os cenários atuais, resultando numa matriz mais concisa, identificando 7 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado de 2025, garantindo um processo de gestão eficaz.



ADEQUAÇÃO À LGPD

Em 2024 foi dada continuidade ao piloto do modelo para elaboração do Inventário de Dados Pessoais e Técnicos e demais materiais de análise e tabulação, junto à área da AES (Ligado), visando aplicar soluções propostas para minimizar os riscos em relação à LGPD. O piloto consistiu na aplicação das seguintes ações que contaram com parcerias com algumas gerências:

- Elaboração do plano de conscientização/capacitação interna sobre a LGPD (AES e GRH) **Concluída;**
- Política de mesa limpa (AES e GRH) - **Concluída;**
- Elaboração de plano de comunicação sobre a LGPD, como foco na sensibilização do público interno (AES e GMI) - **Concluída;**
- Adequação contrato Operador Ligado (AES, GAJ e GCS) - **Concluída;**
- Adequação contrato AME (AES, GAJ e GCS) **Concluída.**

RECURSOS HUMANOS

EDUCAÇÃO NO TRABALHO

A EMTU/SP, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, iniciou em março de 2024 as inscrições e prova on-line para preenchimento de 26 vagas de estágio em seis municípios do estado de São Paulo. Em dezembro de 2024, constavam no quadro da empresa 24 estagiários de nível superior.



APRENDIZ

Em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio da RASC, no fim do ano de 2024, a empresa contava com quinze Aprendizes atuando em suas unidades.



TREINAMENTO

Em 2024, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 8.015 horas de treinamento, um crescimento de 2,5% em relação a 2023. O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 128.846,80, representando uma média per capita de R\$ 115,97.

Os treinamentos tiveram enfoque tanto na modalidade EAD quanto presencial, destacando-se o significativo número de colaboradores que realizaram os cursos oferecidos por entidades privadas, para os temas: Manutenção e Diagnóstico de Sistemas de Freios Pneumáticos de Veículos Pesados Rodoviários, Compliance, Gestão de Riscos Corporativos, Inteligência Artificial for Business, Treinamento Liderança Transformadora, além da variedade de cursos para as áreas de Infraestrutura e Tecnologia da Informação e Desenvolvimento de Sistemas.

Também foram realizados os treinamentos desenvolvidos internamente no formato EAD sobre os temas Programa de Integridade, Código de Conduta e Integridade, que abrange toda a empresa, ambos na versão 2024.

Corredores Metropolitanos e VLT

CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (33KM) E EXTENSÃO DIADEMA-BROOKLIN (12KM)

O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema.

São 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus com rede aérea para os trólebus, 9 terminais de integração. Posteriormente o corredor recebeu uma extensão de mais 12 km que, a partir do Terminal Diadema, segue para a região da Av. Berrini em São Paulo. A utilização dessa extensão, que não é eletrificada, é compartilhada com os ônibus da SPTrans. No município de São Paulo atende a Estação Brooklin da Linha 5-Lilás do Metrô e Estações Berrini e Morumbi da CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Em 2024, as 11 linhas metropolitanas desse corredor metropolitano de 45 km de extensão total, atenderam em média 5,74 milhões de passageiros por mês, ou quase 240 mil pessoas dia/útil.

Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está a cargo do Consórcio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Next Mobilidade) sob regime de concessão.



SERVIÇOS

O Corredor ABD conta ainda com serviços de “Achados e Perdidos”, ‘Farmácia Dose Certa”, e bicicletários nos Terminais Jabaquara, São Bernardo do Campo e Santo André Oeste.

MELHORIAS

Dentro das premissas de melhorar a conectividade da rede de transporte e das condições básicas de integração, conforto, segurança e acessibilidade ao transporte, a EMTU/SP acompanha as obras de melhoria realizadas pela NEXT Mobilidade.

Em 2024 foi realizada a substituição de pavimento flexível por pavimento rígido no Corredor ABD em Santo André totalizando uma área de 6.617,50 m², com a implantação de 529 placas de concreto; Reforma de pavimento rígido no Corredor totalizando a área 8.839 m², com a troca de 529 placas de concreto; Reforma do Terminal Jabaquara com a implantação de acessibilidade nas calçadas, e manutenção de pintura e calçadas e serviços de hidráulica e elétrica nos terminais Diadema, Santo André, Ferrazópolis e Piraporinha.



CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI) (12,3KM)

O Corredor Guarulhos-São Paulo (Tucuruvi, região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção nordeste da RMS. Atualmente está em operação o trecho de 15,6 km, dos quais cerca de 12 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus (Taboão, Cecap e Vila Galvão) e 19 estações de parada. Com integração tarifária, os passageiros contam também como uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.



TRECHO VILA GALVÃO-ESTAÇÃO TUCURUVI (4,5 KM)

O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovia ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP – Licença Ambiental Prévia e LI – Licença Ambiental de Instalação. Previsão de contratação dos estudos de viabilidade e projeto funcional para o 2º semestre de 2025.



CORREDOR ITAPEVI - SÃO PAULO (22,7 KM)

O traçado de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Aguiar (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

TRECHO ITAPEVI – JANDIRA (5 KM)

Este primeiro trecho do corredor entregue em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSP.

Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 – Diamante da CPTM, proporcionando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

TRECHO JANDIRA

TERMINAL CARAPICUÍBA (8,8 KM)

As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de

Guerra, Antônio João, Vitorio Fornazaro, Sta. Terezinha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas.

TRECHO TERMINAL CARAPICUÍBA

OSASCO KM 21 (2,2 KM)

Nesse trecho, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia.

As obras remanescentes deste trecho viário, e a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, iniciadas em 2022, foram concluídas e entregues à população no dia 19/10/2024 pelo governador, iniciando a operação dois dias depois.

Além de melhorar a fluidez e segurança do transporte local, o conjunto dos viadutos contribui para desafogar

o trânsito do centro de Carapicuíba, onde estão localizados os terminais metropolitano, municipal e a Estação da Linha 8-Diamante. Essa obra proporcionou à população uma nova opção de deslocamento entre Carapicuíba e os bairros Alphaville e Tamboré, em Barueri, sem a necessidade de passar pela região central.

TRECHO OSASCO KM 21 – TERMINAL VILA YARA (DIVISA OSASCO-SP) (6,7 KM)

O primeiro contrato para obras nesse quarto trecho contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em março de 2018 e entregues em fevereiro de 2021.

O projeto executivo do trecho, concluído em 2013, passou por atualizações de inserção de algumas estações de embarque, em consonância ao pleiteado pela Prefeitura Municipal de Osasco. O Termo de Referência para a contratação das obras passou por atualização de orçamento em nov/2024. Os trâmites para contratação estão em andamento, aguardando autorização para publicação do edital. Este trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e o DUP foi publicado em 23 de dezembro de 2024.



CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) (31,7 KM)

Atualmente, o corredor possui extensão total de 31,7 km de viário, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 23,0 km são de faixa exclusiva para ônibus.



Sua implantação teve início no Trecho Campinas-Hortolândia-Sumaré, e conta hoje com 9,4 km de faixa exclusiva. Em Campinas são 3,8 km de faixa exclusiva na Av. Lix da Cunha, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, a Estação de Transferência Anhanguera e mais 2 paradas com elevador, Paradas Alberto Sarmiento e Baão do Tavares.

Em Hortolândia, além dos 5,6 km de faixa exclusiva e 10 paradas, há o Terminal Hortolândia e a Estação de Transferência Pinheiros. A última parte desse trecho de 4,3km foi entregue em 2021 e inclui 0,6km da ponte estaiada construída pelo município, e 2 alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia. Em Sumaré a população conta com a Estação de Transferência Km 101 – Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região.

Outro trecho do corredor vai de Nova Odessa a Santa Bárbara D'Oeste, passando por Americana com 24,3km.

Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e “obras de arte” (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em Nova Odessa são 5,7km de faixa exclusiva e a Estação de Transferência Nova Odessa.

Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva e o Terminal Metropolitano de Americana. Em Santa Bárbara D'Oeste,

foram entregues o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, as Estações de Transferência São Paulo e Amizade e 6,2km de faixa exclusiva.

Ao longo desse traçado, foi implantada ciclovia, realizados serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária, adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovanetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.



VLT - SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitana estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.



TRECHO SÃO VICENTE (BARREIROS)

PORTO (SANTOS) (11,5 KM)

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, atende diariamente cerca de 28,6 mil passageiros.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLT's, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLT's e conta com oficina, almoxarifado, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle de Operações – CCO do VLT, instalado em prédio com três pavimentos e 3.050 m² de construção e abriga sala com 9 consoles e um painel sinóptico de 9,5 m de comprimento e 2 m de altura para o controle da operação dos veículos, sistemas de energia, movimentação eletrônica dos passageiros e segurança das vias e estações.

A Gerência Regional da EMTU/SP na Região Metropolitana da Baixada Santista também está instalada no prédio do CCO.

TRECHO 2 - CONSELHEIRO NÉBIAS

VALONGO (SANTOS) (8 KM)

O novo trecho do VLT, chamado de Segunda Fase ou Trecho 2 Conselheiro Nébias-Valongo, teve o edital de obras aprovado pelo Governo do Estado no final de março de 2018 e ligará a Linha 1 Barreiros-Porto, a partir da estação Conselheiro Nébias, até a região central de Santos, no bairro Valongo. A Ordem de Serviço para o início das obras foi assinada no dia 24 de setembro de 2020.

Serão mais 8 km de extensão, 12 estações de embarque. A estimativa é de que com a construção desse trecho o VLT passe a transportar 70 mil passageiros por dia. Os sistemas e subestações de fornecimento de energia já foram contratados para esta ligação e os veículos já estão disponíveis para a futura operação.

Em setembro de 2020 a Licença de Instalação (LI) foi emitida pela CETESB e autorizado o início da obra. No mesmo período foram iniciadas as desapropriações com liberação das áreas em 2021.

Em setembro de 2024 a via permanente foi concluída e iniciada a etapa de testes para validação operacional. Obras civis em dezembro, alcança avanço físico de 99,4%. Os serviços de implantação de Portas de Plataforma, complementação de drenagem e instalação

e integração dos sistemas (alimentação elétrica; sinalização e controle; arrecadação; controle semafórico; e telecomunicações), serão iniciados a partir de 2025.

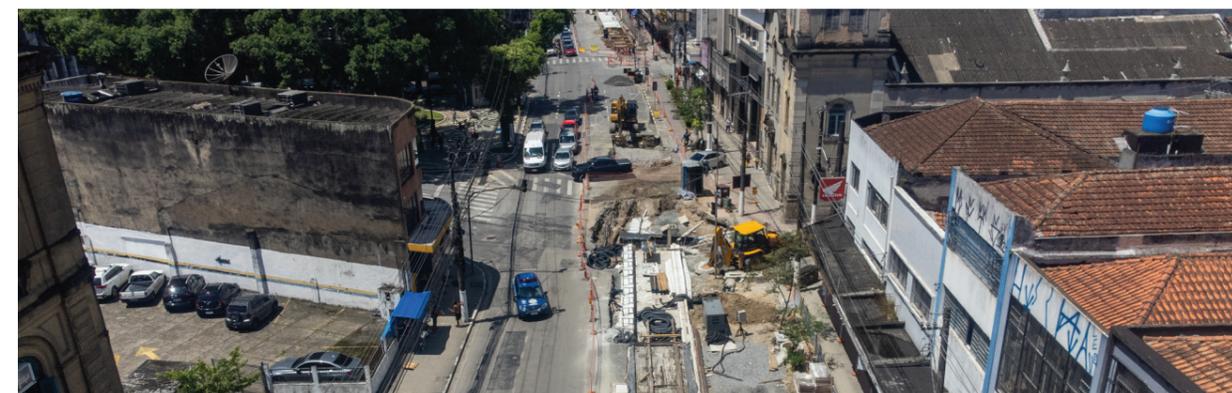
TRECHO 3 - BARREIROS

SAMARITÁ (SÃO VICENTE) (7,5 KM)

A implantação do Trecho 3 foi dividida em duas etapas:

Etapa 1: Reforma e Ampliação da Ponte dos Barreiros (650m) que liga a parte continental à parte insular de São Vicente. Obras iniciadas em 2024, (contrato assinado em 08/12/23) inclui a recuperação das estacas e da superestrutura da ponte ferroviária. Em dezembro o andamento da obra atingiu 15,5%, e a previsão contratual de conclusão será em março/2026.

Etapa 2: Os projetos básicos desse trecho com suas 4 (quatro) estações de embarque e o Pátio Samaritá foram concluídos. Está em andamento o processo de contratação semi-integrada das Obras e dos Projetos Executivos para o trecho, com previsão de publicação do edital em março/2025. Em relação às licenças ambientais, foi obtida a Licença Prévia (LP) em 22/11/2024 e já foram iniciados pela EMTU/SP, os trâmites e estudos para obtenção da LI.



Desempenho Econômico - Financeiro



No encerramento do exercício de 2024, as demonstrações financeiras e os fluxos de caixa demonstram que a EMTU/SP, apesar dos efeitos negativos remanescentes da pandemia, mantém sua condição de empresa não dependente, sem a necessidade de subvenções do Governo do Estado.

A empresa vem sustentando seus resultados financeiros com equilíbrio entre receitas e despesas e este equilíbrio é sustentado pela organização das contas, regularização de processos e redução de despesas administrativas.

De ordem financeira, a EMTU/SP manteve sua condição de empresa não dependente de recursos do Governo do Estado para suas atividades operacionais, fechando o ano de 2024 com um superávit financeiro de 7,3 milhões, honrando todos os compromissos junto aos seus fornecedores.

As receitas orçamentárias e extraorçamentárias juntas representaram R\$ 1,9 bilhões de entradas e R\$ 1,9 bilhões de saídas de recursos, o que dá uma clareza do volume de recursos transacionados.

De ordem contábil, o fluxo de caixa das atividades operacionais da EMTU/SP foi positivo em R\$ 10,6 milhões, o que pode ser comprovado pelo relatório contábil denominado Demonstração de Fluxo de Caixa e valida os resultados financeiros obtidos no período.

Considerando a lei 17.293/2020, que trata da possibilidade de extinção da EMTU/SP, e a lei 1.413/24, que transfere atribuições da EMTU/SP para a ARTESP, para efeitos do encerramento do exercício de 2024, a companhia elaborou as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

Porém, em 24 de fevereiro de 2025 o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, publicou o Decreto nº 69.375 de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a apresentação do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, e dá providências correlatas.

Assim, os efeitos decorrentes da aprovação da Lei Estadual nº 17.293/2020 e da aprovação da Lei Complementar nº 1.413/2024, mencionados na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional, deverão ocorrer a partir do exercício de 2025.

Nesse sentido, a EMTU/SP elaborou suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no pressuposto de continuidade normal dos negócios, uma vez que não havia a previsibilidade quanto à dissolução, liquidação e extinção da Companhia até a autorização da emissão dessas demonstrações contábeis.

Assim, as informações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a reclassificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado em razão da possível liquidação e, subsequentemente,

extinção, que deverá ocorrer somente a partir do exercício de 2025, em conformidade com o Plano de Desmobilização a ser encaminhado ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC no prazo de até 07 (sete) dias contados da data da publicação do referido decreto.

Dessa forma, em razão de que os efeitos da Lei Complementar nº 1.413/2024 e do Decreto nº 69.375/2025 que indicam a efetiva dissolução, liquidação e extinção da Companhia nos termos da Lei nº 17.293/2020, de 15 de outubro de 2020, a Administração deverá avaliar a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC para Entidade em Liquidação, a partir do primeiro trimestre do próximo exercício, a findar em 31 de março de 2025. Demais informações e a apuração do resultado estão devidamente detalhadas nas Notas Explicativas e nos diversos relatórios que compõem o encerramento do exercício de 2024.

REALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2024

RECEITAS PRÓPRIAS / DESPESAS DE CUSTEIO

Em 2024 a EMTU/SP, assim como todo o setor produtivo e de serviços, apresentou uma melhora em relação ao cenário causado pela pandemia, sendo que os níveis de transporte de passageiros atingiram um percentual de 90% em comparação ao que se transportava no período pré-pandemia. Isso fez com que a EMTU/SP começasse um processo de recuperação, graças a ações estabelecidas pela Direção, e pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos, podendo assim manter a sua solvência e os pagamentos dos fornecedores em dia, sem recorrer a recursos de Terceiros ou do Estado, e fechando o ano de 2024 com o saldo disponível de recursos próprios em caixa em torno de R\$ 71 milhões.

INVESTIMENTOS – REALIZADO 2024

Os Investimentos orçados para 2024 contaram com uma dotação inicial de recursos de R\$ 273,0 milhões

referentes à LOA 2024 (nº 17.863, de 22/12/2023), e R\$ 170,3 milhões de Restos a Pagar de outros exercícios, totalizando uma dotação de R\$ 443,3 milhões. Foram disponibilizados, durante o exercício de 2024, R\$ 391,6 milhões com recursos de Fonte 1 – Tesouro do Estado, de Fonte 6 – DREM (Desvinculação de Receitas - Estados e Municípios) e de Fonte 7 – financiamento interno, tendo sido repassados o total de R\$ 318,9 milhões, e utilizados R\$ 316,4 milhões, restando R\$ 2,5 milhões de saldo para utilização em 2025, representando 99,2% do recebido pela EMTU/SP (Fonte 1–GESP / Fonte 6–DREM / Fonte 7 - CEF).

Para mais informações referentes aos recursos disponibilizados pelo Estado (Fonte 1) e em quais Ações Orçamentárias tais recursos foram alocados, consulte o Plano de Negócios EMTU/SP – 2024 acessando o site da EMTU/SP: www.emtu.sp.gov.br, aba Institucional, item Governança Corporativa.

INVESTIMENTOS – PREVISTO 2025

Para o exercício de 2025, a EMTU/SP conta com uma Dotação Orçamentária para Investimentos de R\$ 182,9 milhões de Fonte 1 e R\$ 75,1 milhões de Fonte 7, aprovados pela LOA 2025 nº 18.078, de 03/01/2025, que, somados aos valores de R\$ 219,4 milhões de Restos a Pagar, e R\$ 2,5 milhões de saldo inicial totalizam R\$ 479,9 milhões de dotação total para o exercício, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 – Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade – PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual PPA 2024-2027 do Governo do Estado de São Paulo. Recursos de Fonte 7 serão utilizados exclusivamente para financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT) – término do Trecho 2 – Cons. Nébias – Valongo.

AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, item b, do Decreto 64.219, de 06 de maio de 2019, e no artigo 11, §1º, item 1, do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, em sua Deliberação CODEC Nº 04 de 29 de novembro de 2019, estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo.

Visando atender ao estabelecido no Artigo 12 dessa Deliberação CODEC Nº 4 este relatório apresenta no anexo a seguir a descrição dos procedimentos e da metodologia utilizada na avaliação dos administradores.



Créditos

Elaboração
**Departamento de Planejamento Corporativo
e de Transporte - DPC**

Anexos
Departamento de Contabilidade - DCT

**Departamento de Desenvolvimento
Pessoal e Organização - DDO**

Edição e Diagramação
Gerência de Marketing Institucional - GMI



Anexos

AValiação DOS ADMINISTRADORES ANO BASE 2024

Deliberação CODEC nº 2 de 15 de março de 2024

FUNDAMENTAÇÃO

A Deliberação CODEC nº 2 de 15 de março de 2024, estabelece as diretrizes para a avaliação dos administradores (Conselheiros de Administração e Diretores) das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo. As dimensões abrangidas nos formulários de avaliação contidos na Deliberação CODEC nº 2 são:

- I - Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa.
- II - Contribuição para o resultado do exercício.
- III - Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo.
- IV - Funcionamento do Conselho de Administração.
- V - Conhecimento técnico e da Companhia;
- VI - Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e
- VII - Autoavaliação individual.

METODOLOGIA

Conforme a Deliberação CODEC nº 2, a avaliação tem periodicidade anual e consiste no preenchimento de formulários cujo conteúdo está descrito nos anexos da Deliberação CODEC nº 2. Participam do processo de avaliação todos os administradores que contarem com pelo menos três meses de exercício no cargo, na data base da avaliação.

No exercício de 2024, o processo de Avaliação dos Administradores da EMTU/SP foi conduzido pela Gerência de Recursos Humanos da empresa. A metodologia e os procedimentos adotados para a avaliação atenderam as diretrizes da Deliberação CODEC nº 2. O conteúdo dos formulários utilizados apresentou a mesma estrutura e questões especificados nos anexos da Deliberação CODEC nº 2 e foram disponibilizados para o preenchimento em meio eletrônico por meio do aplicativo Microsoft Forms, com acesso restrito e prazo limite para preenchimento (16/8/2024).

Participaram do processo todos os Conselheiros de Administração e Diretores. Para o formulário “Formulário de Avaliação de Administradores - Diretoria Colegiada”, foi adotado o procedimento de calcular a média aritmética simples da avaliação individual de cada membro do Conselho de Administração, a fim de se obter a avaliação global preconizada na Deliberação CODEC nº 2/2024. Após a tabulação, os resultados da avaliação foram encaminhados ao Comitê de Elegibilidade para verificação de conformidade, consoante o artigo 10 da Deliberação CODEC nº 2/2024. A manifestação favorável do Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento foi manifestada por meio da ata da 61ª reunião ordinária, em 31/10/2024.

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos, conforme os critérios estabelecidos na Deliberação CODEC nº 2/2024 estão detalhados a seguir.

Avaliação de Administradores – Conselho de Administração

APURAÇÃO			
Nota da Avaliação Coletiva do Conselho de Administração	3,66	Nota Média da Avaliação Individual dos Conselheiros de Administração	3,55
Conceito Final da Avaliação Coletiva do Conselho de Administração		Conceito Final da Média da Avaliação Individual dos Conselheiros de Administração	
Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração;		Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação individual dos Conselheiros de Administração	
Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração;		Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação individual dos Conselheiros de Administração	
Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;		Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação individual dos Conselheiros de Administração "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;	
Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação colegiada/coletiva do Conselho de Administração "Supera as expectativas" legais e estatutárias	X	Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação individual dos Conselheiros de Administração "Supera as expectativas" legais e estatutárias	X

Avaliação de Administradores – Diretoria

APURAÇÃO			
Nota da Avaliação da Diretoria Colegiada	3,83	Nota Média da Avaliação Individual dos Diretores (Autoavaliação)	4,00
Conceito Final da Avaliação da Diretoria Colegiada		Conceito Final da Média da Avaliação Individual dos Diretores (Autoavaliação)	
Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação colegiada/coletiva da Diretoria;		Nota entre 1,00 e 1,75: "Mudanças relevantes são necessárias" na atuação individual dos Diretores;	
Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação colegiada/coletiva da Diretoria;		Nota entre 1,76 e 2,50: "Algumas Mudanças são necessárias" na atuação individual dos Diretores;	
Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação colegiada/coletiva da Diretoria "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;		Nota entre 2,51 e 3,25: A atuação individual dos Diretores "Satisfaz as expectativas" legais e estatutárias;	
Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação colegiada/coletiva da Diretoria "Supera as expectativas" legais e estatutárias.	X	Nota entre 3,26 e 4,00: A atuação individual dos Diretores "Supera as expectativas" legais e estatutárias.	X



BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

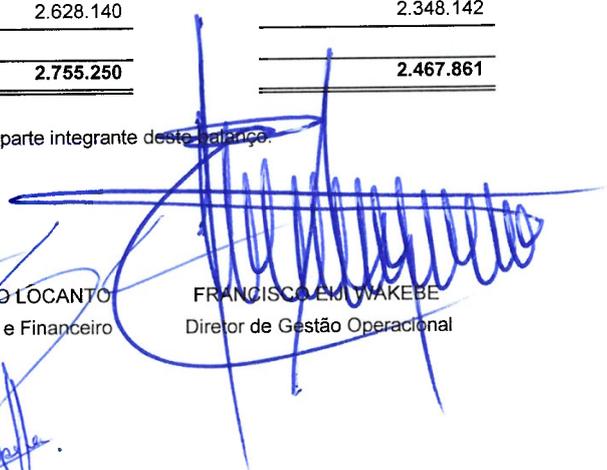
ATIVO

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	3	1.985	2.037
Aplicações Financeiras	3	75.214	69.004
Contas a Receber	4	46.750	45.544
Créditos Fiscais a Recuperar		1.624	1.304
Estoques		785	827
Créditos Diversos		686	942
Despesas Pagas Antecipadamente	5	66	61
Total do Circulante		<u>127.110</u>	<u>119.719</u>
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos Judiciais	6	3.057	1.897
Total do Realizável a Longo Prazo		<u>3.057</u>	<u>1.897</u>
PERMANENTE			
Imobilizado	7	1.666.412	1.500.707
Intangível	8	958.671	845.538
Total do Permanente		<u>2.625.083</u>	<u>2.346.245</u>
Total do não Circulante		<u>2.628.140</u>	<u>2.348.142</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.755.250</u></u>	<u><u>2.467.861</u></u>

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

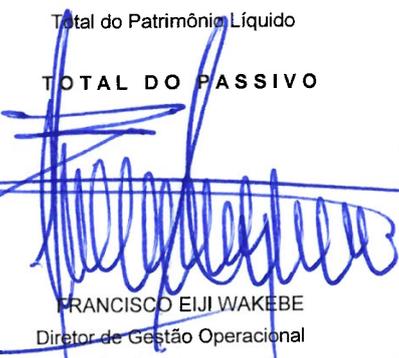

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF 952.677.438-87

BALANÇO PATRIMONIAL
(Expresso em R\$ mil)

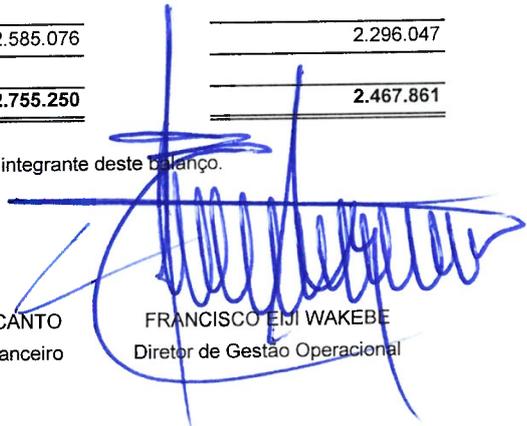
PASSIVO

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	42.822	38.595
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	8.400	9.751
Provisão para Férias e Encargos		9.622	9.815
Passivo Contingente (Cível)	12	53	9.921
Contas a Pagar		4.051	4.502
Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	11	6.595	4.346
Total do Circulante		71.543	76.930
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	336	336
Depósitos Judiciais		-	2.517
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	12	84.472	78.152
Retenções Contratuais		112	168
Projeto PNUD - Ônibus a Celula de Hidrogênio		13.711	13.711
Total do não Circulante		98.631	94.884
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	14		
Capital Autorizado		3.372.735	3.099.749
Capital a Subscriver		(527.713)	(533.198)
Capital Integralizado		2.845.022	2.566.551
Capital Atualizado		2.845.022	2.566.551
Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
Prejuízos Acumulados		(450.048)	(425.079)
Ajustes Patrimoniais		(176.811)	(176.811)
Adiantamento para Aumento de Capital		366.849	331.322
Total do Patrimônio Líquido		2.585.076	2.296.047
TOTAL DO PASSIVO		2.755.250	2.467.861

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora

CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF 952.677.438-87



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Expressa em R\$ mil)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17		
Venda de Serviços		168.949	164.577
Impostos Incidentes s/ Vendas		(14.685)	(15.273)
Receita Operacional Líquida	17	154.264	149.304
Custo dos Serviços Prestados	20	(82.754)	(79.128)
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		71.510	70.176
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	20	(29.298)	(31.665)
Lucro Bruto		42.212	38.511
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e Administrativas	20	(68.487)	(65.214)
Provisão para Contingências	20	(3.476)	33.703
Outras Receitas Operacionais	18	9.615	9.548
Outras Despesas Operacionais	19	(3.394)	(10.290)
Variações Monetárias Passivas		(1.942)	(3.981)
Baixa de bens do Ativo Permanente		(460)	-
Receita de Doações Bens Ativo Imobilizado		-	7
Indenizações	19	(5.862)	(5.083)
		(74.006)	(41.310)
Resultado antes do Resultado Financeiro		(31.794)	(2.799)
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	21	7.333	9.897
Despesas Financeiras	21	(508)	(471)
Resultado Financeiro Líquido		6.825	9.426
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(24.969)	6.627
Imposto de Renda	10 a/b	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro	10 b	-	-
Resultado Líquido do Exercício		(24.969)	6.627
Prejuízo por Lote de Mil Ações		(0,01)	0,00

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora

CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2

CPF - 952.677.438-87



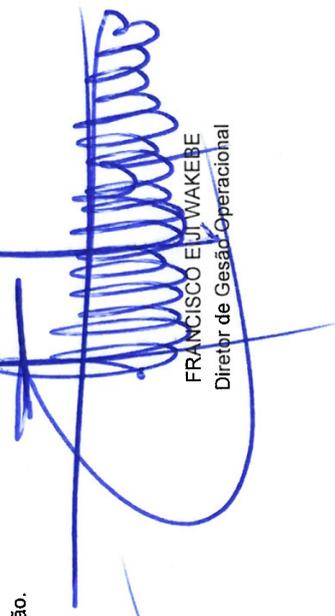
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Expressa em R\$ mil)

Descrição	Capital Autorizado		Capital Atualizado		Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital	Ajuste Patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Total
	Autorizado	A Integralizar	Total	Total					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	308.268	(176.811)	(431.706)	2.108.708	
Aumento de Capital Autorizado	293.331	(293.331)	-	-	-	-	-	-	
Integralização de Capital	-	-	-	-	(157.658)	-	-	(157.658)	
Capital Integralizado	-	157.658	157.658	-	-	-	-	157.658	
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	180.712	-	180.712	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	6.627	6.627	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.099.749	(533.198)	2.566.551	64	331.322	(176.811)	(425.079)	2.296.047	
Aumento de Capital Autorizado	272.986	(272.986)	-	-	-	-	-	-	
Integralização de Capital	-	278.471	278.471	-	(278.471)	-	-	-	
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	313.998	-	313.998	
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(24.969)	(24.969)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.372.735	(527.713)	2.845.022	64	366.849	(176.811)	(450.048)	2.585.076	

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.


FRANCISCO EJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interimamente pela
Diretoria da Presidência


FRANCISCO EJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF - 952.677.438-87



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Expressa em R\$ mil)

	31.12.2024	31.12.2023
SALDO INICIAL DO DISPONÍVEL	71.041	44.882
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	(24.969)	6.627
Ajuste por Itens que não afetam o Caixa		
Depreciação e Amortização	35.876	36.905
Constituição (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.591)	8.952
Total	9.316	52.484
VARIAÇÕES DO ATIVO		
Contas a Receber	386	(12.962)
Créditos Fiscais a Recuperar	(320)	(693)
Estoque	42	127
Créditos Diversos	256	185
Despesas Pagas Antecipadamente	(5)	49
Total	359	(13.294)
VARIAÇÕES DO PASSIVO		
Fornecedores	4.228	13.037
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	(1.351)	1.326
Provisão de Férias	(194)	278
Contas a Pagar	(452)	(1.020)
Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	(3.548)	(28.805)
Recebimento Antecipado (VTs/Bilhetes)	2.249	(744)
Total	932	(15.928)
Total das Atividades Operacionais	10.607	23.262
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Depósitos Judiciais	(1.160)	(221)
Imobilizado	(182.767)	(176.508)
Intangível	(131.947)	(675)
Total das Atividades de Investimento	(315.874)	(177.404)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Fornecedores	-	(377)
Depósitos Judiciais	(2.517)	-
Retenção Contratual	(56)	(34)
Adiantamento para Aumento de Capital	313.998	180.712
Total das Atividades de Financiamento	311.425	180.301
(=) Aumento (diminuição) de caixa e de equivalente de caixa	6.158	26.159
SALDO FINAL DO DISPONÍVEL	77.199	71.041

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

FRANCISCO EIJ WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência

GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro

FRANCISCO EIJ WAKEBE
Diretor de Gestão operacional

VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF 952.677.438-87

**DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**

	<u>31.12.2024</u>	<u>%</u>	<u>31.12.2023</u>	<u>%</u>
RECEITAS	167.358		173.531	
Vendas de Serviços	168.949		164.579	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.591)		8.952	
INSUMOS CONSUMIDOS DE TERCEIROS	(34.377)		(12.274)	
Custo dos Serviços Prestados	(19.789)		(18.956)	
Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	(14.588)		6.682	
RETENÇÕES	(30.464)		(32.639)	
Depreciação, Amortização e exaustão	(30.464)		(32.639)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	102.517		128.618	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	16.487		19.453	
Receitas Financeiras	16.487		19.453	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	119.004		148.071	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	119.004		148.071	
Pessoal e Encargos	103.427	86,91	98.295	66,38
Impostos, Taxas e Contribuições	29.188	24,53	30.457	20,57
Juros e Aluguéis	11.358	9,54	12.692	8,57
Resultado do Exercício	(24.969)	(20,98)	6.627	4,48

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência



GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional



VERA APARECIDA RIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF - 952.677.438-87



**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**
(Expresso em R\$ mil)

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
--	-------------------	-------------------

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO

(24.969) 6.627

Outros resultados abrangentes

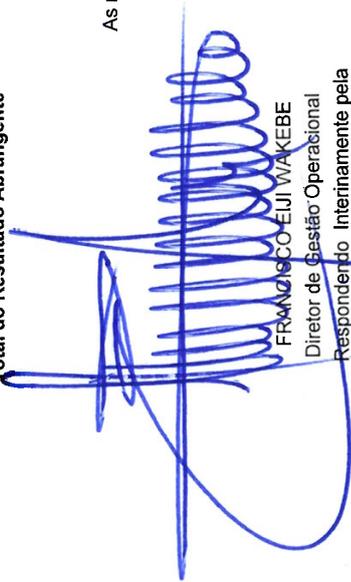
-

Total do Resultado Abrangente

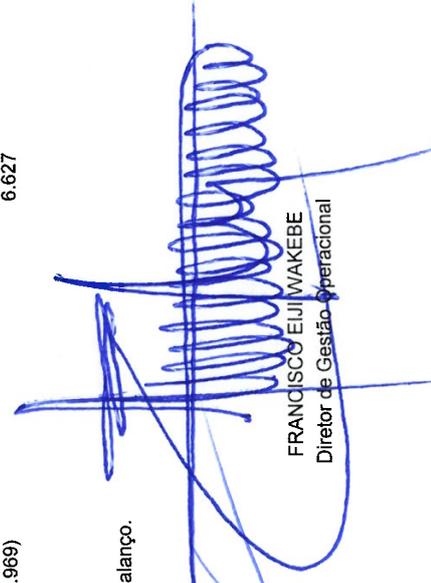
(24.969)

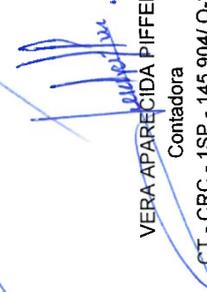
6.627

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Intermamente pela
Diretoria da Presidência


GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro


FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional


VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/O-2
CPF 952.677.438-87

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo - EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16.

A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16. Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacamos:

i) Processo de dissolução, liquidação e extinção da Companhia.

Em 12 de agosto de 2020, como parte das medidas de enfrentamento à Pandemia COVID 19, cuja emergência de saúde pública encerrou-se em 22 de abril de 2022, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, por meio do Ofício conjunto SEFAZ/SPOG nº 007/2020 o Projeto de Lei nº 529/2020 que teve por finalidade viabilizar uma série de medidas para o enfrentamento da grave situação fiscal vivenciada pelo Estado à época. Tendo sido aprovado em 15 de outubro de 2020, foi promulgada a Lei Estadual nº 17.293 que, dentre outras medidas, autorizou o poder executivo a adotar providências necessárias a promover a extinção da Companhia e, conforme artigo 2º (segundo) da referida lei, caso a extinção fosse efetivamente autorizada pelo Governo Estadual, as providências deveriam ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias prorrogáveis por até duas vezes por igual período.

Até o fechamento das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, haviam apenas dois decretos de números 65.594/2021 e 66.015/2021, que dizem respeito apenas a prorrogação de prazo para extinção de dois órgãos: SUCEN e DAESP, sendo que os referidos decretos não contemplaram nenhuma instrução de extinção ou de prorrogação do prazo para a extinção da EMTU/SP.

No entanto em 20 de junho de 2024, o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei Complementar nº 35/2024 (PLC), que tem por finalidade reformar e aprimorar a gestão, o processo decisório e os cargos efetivos e em comissão das Agências Reguladoras Estaduais. Tal Projeto de Lei Complementar nº 35/2024 cita a possibilidade de alteração e transferência de determinadas atividades da EMTU/SP e outras empresas e órgãos do Estado.

Concomitantemente, em 23 de setembro de 2024, o referido projeto de lei foi integralmente aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no que diz respeito à EMTU/SP e, por consequência, sancionada a Lei Complementar nº 1.413/2024 pelo governo estadual, com sua última retificação em 26 de setembro de 2024. Tal lei determina que as funções de fiscalização, controle e regulação das infraestruturas e dos serviços de transporte coletivo metropolitano, passará da EMTU/SP para a ARTESP – Agência de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”) e que tal transferência deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei complementar, prazo prorrogável, uma única vez, por igual período, mediante decreto, onde com o DECRETO Nº 69.294, de 03 de janeiro de 2025, fica prorrogado por mais 90 dias o prazo estabelecido no artigo 5º das Disposições Transitórias da Lei Complementar nº 1.413/2024. Isso significa que a transferência das funções de fiscalização, controle e regulação dos serviços de transporte coletivo metropolitano da EMTU/SP para a ARTESP irá ocorrer apenas no próximo exercício.

A partir da conclusão da transição, a continuidade de processos administrativos em trâmite na EMTU/SP será assegurada pela ARTESP, com a apuração de passivos regulatórios, avaliação de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, implementação de revisões contratuais e tarifárias e reajustes tarifários relativos aos serviços de transporte metropolitano de passageiros, respeitados os atos processuais já praticados.

A ARTESP poderá solicitar a colaboração onerosa, mediante afastamento, de empregados públicos do quadro permanente da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU/SP que sejam necessários à assunção das funções de fiscalização, controle e regulação das infraestruturas e dos serviços de transporte coletivo metropolitano, sendo que as despesas decorrentes dos afastamentos serão totalmente ressarcidas à entidade de origem, pela ARTESP.

Ademais, conforme nota explicativa nº 22 Eventos Subsequentes, em 24 de fevereiro de 2025 o Governo do Estado de São Paulo publicou o Decreto Estadual nº 69.375/2025 que dispõe sobre a apresentação do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A – EMTU/SP contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, e dá providências correlatas. Nesse sentido, a EMTU/SP elaborou suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no pressuposto de continuidade normal dos negócios uma vez que não havia a previsibilidade quanto à dissolução, liquidação e extinção da Companhia até a autorização da emissão dessas demonstrações contábeis. Assim essas informações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a reclassificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado em razão da possível liquidação e subsequentemente extinção que deverá ocorrer somente a partir do exercício de 2025, em conformidade com o Plano de Desmobilização a ser encaminhado ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC no prazo de até 07 (sete) dias contados da data da publicação do referido decreto.

Dessa forma, em razão de que os efeitos da Lei Complementar nº 1.413/2024 e do Decreto nº 69.375/2025 que indicam a efetiva dissolução, liquidação e extinção da Companhia nos termos da Lei nº 17.293/2020, de 15 de outubro de 2020, a Administração deverá avaliar a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico CPC para Entidade em Liquidação, a partir do primeiro trimestre do próximo exercício, a findar em 31 de março de 2025.

ii) Aumento das receitas

A Companhia reorganizou todos os processos que dizem respeito à recomposição tarifária do sistema de transporte de passageiros e realizou, também, com sucesso a concessão dos serviços de transporte de passageiros da área 5 da região metropolitana de São Paulo (ABC Paulista), grande parte das receitas da Companhia estão relacionadas diretamente à demanda do transporte

de passageiros em todas as áreas concedidas. Onde não há concessão a taxa de fiscalização é estabelecida em valor fixo conforme resoluções.

A demanda de passageiros ainda está aquém da demanda existente antes da pandemia, porém se mantém crescente. Além disso a concessão que substituiu as permissões na área 5 (ABC Paulista) trouxe também duas melhorias que impactaram e impactam de forma positiva a companhia, sendo elas: a modificação do meio de cobrança da taxa de fiscalização, agora de forma variável conforme a demanda de passageiros e o aumento da própria demanda haja vista a melhoria na qualidade de transporte de passageiros realizada pela concessão em comparação às permissões anteriores.

iii) Atualização do CNAE

Ao final do exercício de 2022, foi autorizada pela Administração a atualização do CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica), onde a EMTU/SP passou a apresentar sua atividade como Empresa Pública Reguladora de Atividade Econômica e não mais como Operadora de Transporte de Passageiros.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

2.1. Declaração de conformidade.

As demonstrações contábeis foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

2.2. Apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentados em milhares de reais de forma comparativa, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico com base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

2.4. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) – corrente e diferido.

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados à alíquota de 15% e 9% respectivamente, que incidem sobre as bases de cálculo tributáveis correspondentes. Há ainda a aplicação de alíquota adicional de 10% sobre a base tributável, excedente a R\$ 240 mil/ano de base, relativamente ao IRPJ.

A opção da Companhia foi pelo Lucro Real Anual, utilizando balancetes de suspensão/redução para a apuração de eventuais valores a título de antecipação recolhidos por estimativa.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

2.6. Principais Práticas Contábeis Adotadas.

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

2.8. Instrumentos financeiros.

a) Contexto geral.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua

aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria “ao valor justo por meio do resultado”, onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b) Ativos Financeiros.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado.

iii) Impairment de ativos financeiros.

A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

A partir de julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 adequando, portanto, a prática contábil ao Pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros.

c) Passivos financeiros.

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

2.9. Contas a receber.

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber. A partir de julho/2023 a

Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 adequando, portanto, a prática contábil ao Pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros.

2.10. Estoques.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

2.11. Imobilizado.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste – RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 7.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 7).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

2.12. Intangível.

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explicativa nº 8).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

2.13. Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível – Impairment.

Os bens do ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar.

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15. Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingente.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

a) Ativos contingentes.

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes.

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da companhia para as causas cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 84.525 (R\$ 88.073 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme Nota Explicativa nº 12.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

2.16. Remuneração e encargos sociais.

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.18. Receitas de contratos com clientes.

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

2.19. Resultado.

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

2.20. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis.

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes.

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativas, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

2.21. Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

É a vedação às pessoas políticas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo esta exoneração tributária às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público no que se refere ao patrimônio, renda e serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

Em 2021 o Supremo Tribunal Federal - STF reafirmou a jurisprudência estendendo o benefício às empresas públicas em razão da natureza das atividades por elas desenvolvidas, quando tratar-se de atividades tipicamente de Estado - Leading Case RE1320054 - Tema 1140.

A EMTU/SP realizou estudo para o aproveitamento da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal - STF, bem como obteve o reconhecimento administrativo da Imunidade Tributária Recíproca, disposta no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal, com relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis de sua propriedade e/ou posse, situados nos Municípios de Carapicuíba, Hortolândia, Praia Grande, Sumaré e Santos.

2.22. Informações para efeito de Comparabilidade.

Determinados saldos referentes ao Resultado do Exercício (DRE) do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificados para fins de melhor comparabilidade com o período findo em 31 de dezembro de 2024. Estas reclassificações não tiveram efeitos sobre o patrimônio social, conforme demonstrado abaixo:

Receitas (Despesas) Operacionais	<u>Publicado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31.12.2023</u>
Gerais e Administrativas	(16.410)	(48.804)	(65.214)
Provisão para Contingências	(15.101)	48.804	33.703
TOTAL	(31.511)	-	(31.511)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Caixa e Bancos	1.985	2.037
Aplicações Financeiras	75.214	69.004
TOTAL	77.199	71.041

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições de primeira linha.

4. CONTAS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31.12.2024</u>		<u>31.12.2023</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (a)	13.849		10.852	-
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	7.135	303	10.096	303
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (b)	19.865		17.323	-
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	3.293	-	3.080	-
Ressarcimento de Despesas	23.953		26.328	-
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1		1	-
Monitoramento	188		188	-
Auto de Infração e Sanção de Multa	474		340	-
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (antiga Metra Sistema Metropolitano de Transportes Ltda) (c)	1.229		1.362	-
Outros Créditos	4.213	187	5.015	187
(-) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa (d)	(27.450)	(490)	(29.041)	(490)
TOTAIS	46.750	-	45.544	-

- a) Em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista), e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre) - Secretaria dos Transportes Metropolitanos R\$ 900 (R\$ 850 em 2023). Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023 (Sênior) R\$ 12.731 (9.821 em 2023), o valor de R\$ 218 (R\$ 181 em 2023), refere-se a reembolso de despesas, totalizando R\$ 13.849.

- b) Em 2014 com o encerramento do Convênio 007/2009 – Programa Ligado celebrado entre EMTU/SP e a Secretaria de Estado da Educação (SEE), com o objetivo de ampliar a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais das escolas da rede pública estadual bem como daqueles atendidos por entidades assistenciais conveniadas com a SEE, tendo em vista ainda, a necessidade de garantir o atendimento e o cumprimento da Resolução SE nº 29 de 09/05/2011, como também o acordo judicial, Ação Pública nº 583.00.2009.122559-6, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, a EMTU/SP e a SEE se viram compelidas a prestar os serviços durante o período de 08 de julho a 04 de setembro de 2014, sem cobertura do novo convênio.
- c) O contrato de concessão nº 20/97, firmado em maio/97 com a METRA - Sistema Metropolitano de Transportes Ltda., deu início a operação do Corredor Metropolitano de Trólebus São Mateus/Jabaquara; a partir de maio/98, assumiu por força do contrato, a responsabilidade da manutenção e conservação da infraestrutura do sistema viário e a comercialização dos bilhetes magnéticos. Em setembro/01 por meio do T.A. 004/01 de 15/08/01, a execução de serviços correspondentes as funções de administração, operação, conservação, manutenção e vigilância patrimonial para preservação das instalações dos terminais, incluindo a responsabilidade por investimentos na recuperação do pavimento rígido do viário. Por meio do Termo Aditivo nº 13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S/A. (antiga Metra), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, passaram a estar sob responsabilidade desta concessionária.
- d) A Companhia mantém contabilizado a título de Estimativa para Créditos de Liquidação Duvidosa, o montante de R\$ 27.940 (R\$ 29.531 em 2023). Os títulos cujas perdas foram reconhecidas referem-se substancialmente àqueles que atendem os critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

A partir do mês de julho/2023, com o objetivo de garantir a liquidez, os títulos a receber foram avaliados mensalmente ou quando da ocorrência de fato superveniente, sendo o procedimento, em se constatando inadimplência recorrente a partir de 180 (cento e oitenta) dias, evidenciando a impossibilidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o não circulante e a constituição de estimativa para possível perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

4.1 Composição Principal.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contas a receber de terceiros	65.835	187	63.126	187
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	7.135	303	10.096	303
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1	-	1	-
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (c)	1.229	-	1.362	-
TOTAIS	74.200	490	74.585	490
Estimativa para perdas esperadas	(27.450)	(490)	(29.041)	(490)
TOTAIS	46.750	-	45.544	-

4.2 Estimativa para perdas esperadas

A estimativa para perdas esperadas é constituída a partir da abordagem simplificada da análise da inadimplência histórica, considerando as evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes – CADIN e, por fim, iv) dificuldade na realização de cobranças ao devedor. Neste contexto, a estimativa para perdas constituída no montante de R\$ 29.531 em 31/12/2023 foi ajustada para R\$ 27.940 em 31/12/2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição do contas a receber de acordo com a idade de vencimento dos títulos é assim apresentada:

Descrição	Circulante	Não Circulante
VENCIDO A MAIS DE 180 DIAS (a)	27.450	490
VENCIDO DE 121 A 180 DIAS	91	-
VENCIDO DE 91 A 120 DIAS	3	-
VENCIDO DE 61 A 90 DIAS	95	-
VENCIDOS DE 31 A 60 DIAS	194	-
VENCIDOS ATÉ 30 DIAS	3.641	-
A VENCER	42.726	-
SALDO EM 31.12.2024	74.200	490

Até 30 de junho de 2023, a Companhia registrava para fins de provisão para perda esperada de créditos de liquidação duvidosa os valores vencidos há mais de 180 (cento e oitenta dias) e que fossem elegíveis para dedução para fins de IRPJ e CSLL de acordo com os critérios previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99. A partir de Julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99.

5. DESPESAS ANTECIPADAS.

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

Em 31 de dezembro de 2024, as Despesas Antecipadas estavam compostas da seguinte maneira:

	30.09.2024	31.12.2023
Premios de Seguros a apropriar	3	4
Assinaturas a apropriar	12	10
IPTU e taxas municipais a apropriar	-	-
Outras despesas a apropriar	51	47
TOTAL	66	61

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2024	31.12.2023
	Não Circulante	Não Circulante
Depósitos Judiciais – Justiça do Trabalho.	2.274	1.114
Depósitos Judiciais – Cíveis e Fiscais.	783	783
TOTAIS	3.057	1.897

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

7.IMOBILIZADO

31.12.2024						2023
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.409	(1.248)	161	85
Terrenos	-	-	133.868	-	133.868	133.868
Edificações	1,1866% a 1,2400%	70	17.989	(2.427)	15.562	15.818
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	426.103	(93.439)	332.664	338.758
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	8.316	(4.792)	3.524	2.925
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	(4.500)	-	-
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	(115.648)	370.095	379.810
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	5.999	(4.260)	1.739	1.052
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.298	(2.802)	496	448
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	(30.710)	8.346	8.681
Imobilizações em Andamento	0%	-	783.075	-	783.075	602.370
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-	16.811	16.811
Instalações	10%	10	1.524	(1.453)	71	81
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	(10.883)	-	-
TOTAIS			1.938.574	(272.162)	1.666.412	1.500.707

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

a) Ativo imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia mantinha registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 783.075 (R\$ 602.370 em dezembro de 2023), referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2024	31.12.2023
	<u>Não Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Obras em andamento – São Paulo	196.561	241.569
Obras em Andamento – Baixada Santista	581.703	336.811
Obras em Andamento – Campinas	822	21.365
Obras em Andamento – Vale do Paraíba	1.089	1.073
Obras em Andamento – Sorocaba	2.900	1.552
TOTAIS	783.075	602.370

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

b) Movimento do período.

	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Móveis e Utensílios	1.313	96	-	1.409
Terrenos	133.868	-	-	133.868
Edificações	17.989	-	-	17.989
Construção Terminais Metropolitanos	426.103	-	-	426.103
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	7.561	755	-	8.316
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	4.500	-	-	4.500
Sistema VLT Baixada Santista	485.743	-	-	485.743
Equipamentos de Processamento de Dados	4.916	1.083	-	5.999
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	3.169	129	-	3.298
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	39.056	-	-	39.056
Imobilizações em Andamento	602.370	315.718	(135.013)	783.075
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	16.811	-	-	16.811
Instalações	1.524	-	-	1.524
Veículos Auxiliares	10.883	-	-	10.883
TOTAIS	1.755.806	317.781	(135.013)	1.938.574
(-) Depreciação acumulada	(255.099)	(17.063)	-	(272.162)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.500.707	300.718	(135.013)	1.666.412

7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados – Impairment Test

De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em vigor, a “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos imobilizados e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, conseqüentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano. Desta forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações.

Por serem investimentos que tem finalidade social, a Administração da Companhia entende que os valores aplicados nas obras acima referidas, não tem por objetivo o retorno do investimento

realizado, sendo que não foram identificadas mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos imobilizados registrados na Companhia.

7.2 Vida útil econômica dos bens e Valor Residual

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Imobilizado da Companhia, foram alterados e, conseqüentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A partir de novembro/2021, em decorrência das análises dos bens do ativo imobilizado que determinou a alteração das suas respectivas vidas úteis, houve ajustes realizados no resultado do exercício de 2021 em função da alteração dos valores da depreciação, no montante de R\$ 5.811.

As vidas úteis estimadas para os períodos subsequentes são as seguintes:

<u>A partir de janeiro de 2024</u>		<u>Até dezembro de 2024</u>	
		Estimada	Definida
01.03.02.01.00	Veículos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.01.05	Sistema de Alimentação Elétrica	10 - 30 anos	30 anos
01.03.02.02.00	Imóveis	25 - 70 anos	70 anos
01.03.02.02.05	Sistema de Controle	25 - 50 anos	50 anos
01.03.02.03.00	Máquinas Aparelhos e Equipamentos	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.03.05	Sistema de Telecomunicações	10 - 25 anos	25 anos
01.03.02.04.00	Móveis e Utensílios	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.04.05	Sistema de Equipamentos Auxiliar	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.05.00	Equipamentos de Processamento de Dados	02 - 05 anos	05 anos
01.03.02.05.05	Sistema de Equipamentos de Manutenção	05 - 10 anos	10 anos
01.03.02.06.00	Instalações	05 - 10 anos	10 anos

8. INTANGÍVEL

31.12.2024						2023
	Taxa de Amortização	Vida Útil (em anos)	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Sistemas de Processamento de Dados	20%	5	6.036	(5.468)	568	637
Marcas e Patentes	-	-	12	-	12	12
Projetos e Desenvolvimento Sistema Trólebus	5%	20	17.067	(17.067)	-	-
Projeto de sistema de Processamento	20%	5	-	-	-	464
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	4%	25	-	-	-	1.615
Corredores Metropolitanos	1,5266% a 1,9400%	70	1.235.293	(277.202)	958.091	842.810
TOTAIS			1.258.408	(299.737)	958.671	845.538

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstradas pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

a) Movimentação do período.

	<u>Saldo em</u> 31.12.2023	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em</u> 31.12.2024
Sistemas de Processamento de Dados	5.934	102	-	6.036
Marcas e Patentes	12	-	-	12
Projetos e Desenvolvimento Sistema Trólebus	17.067	-	-	17.067
Projeto de sistema de Processamento	464	-	(464)	-
Custo dos Projetos Subregião de São Paulo	2.050	-	(2.050)	-
Corredores Metropolitanos	1.100.935	134.358	-	1.235.293
TOTAIS	1.126.462	134.460	(2.514)	1.258.408
(-) Amortização acumulada	(280.924)	(18.813)	-	(299.737)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	845.538	115.647	(2.514)	958.671

8.1 Avaliação de recuperação dos ativos intangíveis – impairment test

Conforme determina o pronunciamento técnico contábil CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, o valor recuperável dos ativos intangíveis com vida útil indefinida deve ser testado no mínimo anualmente. Portanto, os ativos intangíveis da Companhia, por se tratar de ativos com vida útil definida ficam fora do alcance dos testes de *impairment*, mas tem a sua vida útil revisada em final de cada exercício, para ajuste das taxas de amortização, se necessário.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou revisão de vida útil econômica dos ativos intangíveis e não identificou evidências de ajustes a serem contabilizados. Em consonância com o normativo contábil que trata a matéria, os testes de recuperabilidade dos ativos intangíveis são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores, somente para aqueles que possuem vida útil indefinida e/ou na ocorrência de indícios/evidências internas ou externas que assim o determinem.

Os investimentos realizados pela EMTU/SP nas obras acima discriminadas que deram origem aos principais saldos relativos ao ativo intangível ficam a cargo do Governo do Estado de São Paulo através de aporte de capital. Devido a isso há uma discrepância entre a capacidade de geração de receita e caixa por parte da Companhia e os valores investidos pelo Estado por meio da EMTU/SP, cujos valores desses aportes compõem substancialmente os ativos intangíveis registrados na Companhia.

8.2. Vida útil econômica dos bens e valor residual.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas avaliações quanto à Vida Útil Econômica do Ativo Intangível de acordo com a Lei 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, atendendo a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC 04, o qual aborda o assunto do ativo intangível e sua vida útil, sendo que foram elaborados e emitidos laudos para suportar as vidas úteis dos bens que compõem o Ativo Intangível da Companhia. Em decorrência das análises, as vidas úteis de determinados bens que compõem o Ativo Intangível da Companhia, foram alterados e, conseqüentemente, houve impacto direto no reconhecimento da depreciação no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve evidências que determinasse a necessidade de revisão das vidas úteis dos bens registrados no Ativo Intangível.

9.FORNECEDORES

	31.12.2024		2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Secretaria da Receita Federal - Refis	-	-	377	-
Consórcio Metropolitan de Transportes	11.524		-	-
Serviço Especial - Ligado	16.747		16.596	-
Remição/Remição RTO/Sênior	991		832	-
Programa Passe Livre	1.231		11.014	-
Porto Seguro	3.756		1.912	-
TB Serv. Transp. Limp.	120		669	-
Comercial Licytare	707		-	-
Associação Amigos dos Metroviários	385		330	-
Operação Paese/Enem	3.064		-	-
Benner	45		35	-
Bus+	962		-	-
Ticket	-		146	-
Outros	3.290	336	6.684	336
TOTAIS	42.822	336	38.595	336

Os montantes divulgados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o

pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 Contexto Operacional, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos, realizou repasses para as empresas operadora de transporte intermunicipal a título de reequilíbrio econômico e financeiro, valores estes previsto nos contratos de concessão, haja vista não ter ocorrido reajustes tarifários desde o ano de 2020.

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Salários e ordenados a pagar	1.918	1.914
Pensão alimentícia a pagar	30	31
Honorários diretoria e conselhos a pagar	182	169
Rescisões trabalhistas a pagar	23	51
INSS a recolher	1.612	1.591
FGTS a recolher	632	681
Contribuição sindical a pagar	1	-
Mensalidade sindical a pagar	4	3
Verba de sucumbência a pagar	22	24
Empréstimo consignado a pagar	170	157
Obrigações Trabalhistas	4.594	4.621
IRRF a recolher	2.318	2.321
ISS retido na fonte a recolher	303	653
Pasep a pagar	96	217
Cofins a pagar	450	1.005
ICMS a pagar	1	-
INSS retido na fonte a recolher	362	699
Pis/Cofins/CSLL retidos a recolher	276	235
Obrigações Fiscais	3.806	5.130
Total	8.400	9.751

a) Imunidade Tributária.

Em 23 de agosto de 2022 a Administração da EMTU/SP por meio dos seus assessores jurídicos propôs Ação Cível de Procedimento Comum contra a União Federal – Fazenda Nacional, na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo (AÇÃO DECLARATÓRIA DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CUMULADA COM AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO LIMINAR) objetivando obter o benefício da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como

contraprestação do serviço, cuja decisão foi proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1320054, com trânsito em julgado em 31 de maio de 2021.

Além da declaração da imunidade tributária quanto ao IRPJ com pedido de liminar, foi requerido i) a restituição dos valores eventualmente recolhidos dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2022; ii) a restituição dos valores já eventualmente recolhidos corrigidos pelos índices oficiais; iii) a restituição de eventuais outros valores por ela recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriores ao ajuizamento da presente ação, valores estes, devidamente corrigidos pelos índices oficiais; e iv) condenar a UNIÃO FEDERAL – FAZENDA NACIONAL no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo juízo. O valor atribuído à causa é no montante de R\$ 3.200.319,53.

Em 20 de março de 2024 foi proferida Sentença reconhecendo a procedência do pedido da EMTU/SP e o trânsito em julgado ocorreu em 14 de maio de 2024. A EMTU/SP iniciou o Cumprimento da Sentença para o recebimento do valor de R\$ 4.497.355,75 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) atualizado para setembro de 2024 e a União Federal foi intimada em 17 de outubro de 2024 para impugnar a execução.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros), de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.

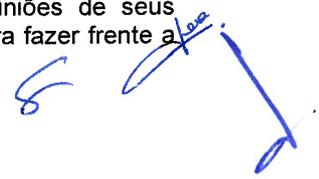
11. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	6.595	4.346

O valor de R\$ 6.595 (R\$ 4.346 em 2022) refere-se a recebimentos relativos à convênios e contrato com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, e integração tarifária, entre outros.

12. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:



	31.12.2023		31.12.2023	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Trabalhistas	-	5.029	-	3.332
Cíveis e Fiscais	53	79.443	9.921	74.820
TOTAIS	53	84.472	9.921	78.152

12.1 Processos trabalhistas

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências trabalhistas, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 158 (141 em 2023) processos de natureza trabalhista. A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício findo em 31/12/2024, está assim apresentada:

Processos trabalhistas

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.332
Liquidações e/ou baixas	(411)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	2.108
TOTAIS	5.029

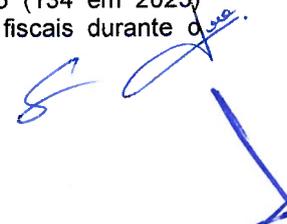
12.2 Processos Cíveis e fiscais

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências cíveis e fiscais, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Em relação às ações de natureza cível e tributária, destaque-se que houve alterações no risco de perda confirmado pelos assessores jurídicos da Companhia e, conseqüentemente os valores das ações foram atualizados e seu risco reclassificado durante o exercício de 2024. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações cíveis e tributárias consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas, quando classificadas como de perda possível ou provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 165 (134 em 2023) processos de natureza cível ou fiscal. A movimentação das ações cíveis e fiscais durante o exercício findo em 31/12/2024, está assim apresentada:

Processos cíveis e fiscais



<u>Descrição</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2.023	9.921	74.820
Adições	-	6.166
Liquidações e/ou baixas	(10.193)	(1.764)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	325	221
TOTAIS	53	79.443

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

- **SINFRET:** Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39,700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo – SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização no valor de R\$ 34,187 milhões, totalizando o valor do processo para R\$ 73,886 milhões (incremento de R\$ 39,699 milhões). No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, segundo relatório dos assessores jurídicos da EMTU/SP, consta que foram esgotados todos os recursos e o valor do processo foi atualizado no montante de R\$ 46,707 milhões. No segundo trimestre de 2023, houve uma atualização no valor de R\$ 50,052 milhões. Consequentemente, o montante contabilizado dessa provisão foi ajustado no valor de R\$ 3,345 milhões, que está em processo de negociação. No quarto trimestre foi celebrado acordo entre as partes, para pagamento parcelado, com correção pela UFESP (2023). O valor da provisão atualizada na base do acordo e avaliação do Departamento de Controle e Operações Financeiras da EMTU/SP foi de R\$ 31,450 milhões. Sendo assim, em razão da realização do referido acordo, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 10,117 milhões no Passivo Circulante e o restante no montante de R\$ 21,333 milhões no Passivo Não Circulante.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, os mencionados saldos obtiveram atualização monetária em um montante total de R\$ 1,010 milhões, sendo 325 mil no circulante e R\$ 685 mil no não circulante. Ressaltamos que nesse processo também ocorreram pagamentos, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi pago o montante de R\$ 196 mil e até 31 de dezembro de 2024 foi pago o montante de R\$ 10,193 milhões. Assim, os saldos passaram a ser R\$ 53 mil no circulante e de R\$ 22,018 milhões no não circulante.

- **Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II:** constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4,919 milhões, referente ao pedido de ressarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão relacionada à essa ação é de R\$ 10,165 milhões. Em agosto e 2024 houve uma atualização no valor de R\$ 439 mil, estando, portanto, o seu saldo atual em R\$ 10,604 milhões;
- **Consórcio Ferreira Guedes:** Araguaia: Ação movida no valor de R\$ 17,473 milhões que cobra ressarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual. No primeiro trimestre de 2023, foi ajustado o valor do processo em R\$ 5,081 milhões, segundo relatório do departamento jurídico da Companhia, onde passou o montante da provisão para R\$ 22,554 milhões.
- **Construtora Queiroz Galvão:** Provisão constituída no montante de R\$ 2,521 milhões relativa à ação de cobrança buscando a condenação da EMTU/SP ao pagamento de correção monetária e juros moratórios dos pagamentos das medições do Contrato EMTU/SP nº 023/2015 (Concorrência EMTU/SP nº 001/2015) que teriam sido realizados com atraso (datas prorrogadas de vencimento). A perícia contábil constatou o desequilíbrio econômico-

financeiro do contrato. A sentença acolheu as conclusões técnicas da perícia e julgou procedente a ação para condenar a EMTU/SP ao pagamento de R\$ 2,439 milhões, acrescido de juros e correção, reembolso de custas e despesas, e honorários advocatícios de 5% do valor da condenação conforme previsto para a Fazenda Pública. Embargos de declaração opostos pela EMTU/SP e pela Construtora.

- **Consórcio Eletro-Três:** Provisão constituída no montante de R\$ 2,000 milhões relativa à ação de ressarcimento aos cofres em razão do acórdão do TCE/SP julgando irregulares os aditamentos celebrados no contrato 28/92. Em maio/2024 houve um ajuste, segundo o relatório do Departamento Jurídico no valor de R\$ 589 mil, estando, portanto, o seu saldo atual em R\$ 1,411 milhões.

12.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Trabalhistas	9.757	3.923
Cíveis e Fiscais	31.101	20.579
TOTAIS	40.858	24.502

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

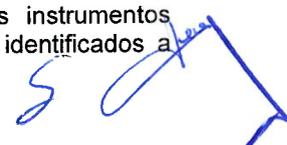
Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 estão identificados a seguir:



	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
	Circulante	Circulante
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	77.199	71.041
Contas a receber de clientes	46.750	45.544
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	42.822	38.595
Contas a pagar	4.051	4.502
Recebimentos antecipados	6.595	4.346

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros da Companhia representados pelos grupos Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1). Para estes casos a divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

Recebimento Antecipado - Os saldos relativos a recebimentos antecipados têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis e possui, em contrapartida, o valor correspondente à obrigação disponível em aplicação financeira.

c) Gerenciamento de risco

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito.

- Risco de Liquidez – é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a

reputação da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve a liquidação do Parcelamento REFIS e, da dívida relacionada ao ICMS sobre tração.

Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto as obrigações decorrentes do Projeto PNUD – Ônibus a Célula de Hidrogênio, são exigíveis em curto prazo.

- Risco de Crédito – decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.
- Risco de taxa de juros – a Companhia não está exposta ao risco de variação nos juros, pois não possui empréstimos ou financiamentos.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital subscrito e integralizado é representado por 284.502.249.821 ações ordinárias de classe única, nominativas, totalizando em 31.12.2024 o valor de R\$ 2.845.022 (R\$ 2.566.551 em 2023), tendo como acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

b) Ajustes Patrimoniais - Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, avaliação iniciada no balanço de abertura de 2014, bem como os valores relativos a ajuste de exercícios anteriores no montante de R\$ 183.159 contabilizados durante o exercício de 2019 em decorrência do reconhecimento de depreciação e amortização de exercícios anteriores, tendo em vista a transferência do ativo imobilizado em andamento para ativo imobilizado em uso e para o ativo intangível. Sendo que após a contabilização, o saldo vem sofrendo amortização periódica, e em dezembro de 2024 o saldo registrado na rubrica era de R\$ 176.811.

c) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - Em 31.12.2024, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 366.849 (R\$ 331.322 em 31.12.2023) relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Fazenda do Estado de São Paulo.

d) Lucro (prejuízo por ação) - O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

e) Destinação do resultado e dividendos – O artigo 44 do Estatuto Social, bem como o artigo 3.1.4 da Política de Dividendos da Companhia, em linha com os princípios da legislação vigente, fixa um dividendo mínimo obrigatório às suas ações ordinárias correspondente a 25% do lucro líquido, do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76).

15. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis intermediárias, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado de São Paulo, bem como com empresas/entidades a ele relacionadas, conforme previsto no inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/16. Em 31 de dezembro de 2024, essas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

Valores a Receber

Os valores a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.

Gratuidade – Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Referem-se a transações realizadas com a Secretaria de Transporte Metropolitanos, em atendimento ao Decreto Estadual nº 60.595 de 02 de julho de 2014 e sua normatização por meio da Resolução STM 68 de 29 de dezembro de 2014, que regulamentou a prestação de serviços de transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e ao Decreto Estadual nº 61.134 de 25 de fevereiro de 2015, normatizado pelas Resoluções STM 6 de 26 de fevereiro de 2015 e STM 30 de 16 de julho de 2015 que implementou o benefício da gratuidade aos estudantes (Passe Livre).

Em 2020, por meio dos Decretos 65.414 de 22 de dezembro de 2020, que revoga a gratuidade do transporte gratuito aos usuários com 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista) e do Decreto 65.455 de 30 de dezembro de 2020 que altera o início da revogação.

Tendo em vista a natureza dessas operações, o recebimento dos valores que são repassados pela Secretaria de Transportes Metropolitanos e os respectivos pagamentos aos prestadores de serviços de transportes que atendem a esses referidos programas, não transitam pelo resultado. Em dezembro de 2022 foi publicado a Lei Estadual 17.611/2022, garantindo para todos os usuários com 60 a 65 anos de idade, da rede metropolitana de transporte, a gratuidade a partir de 2023.

Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrado na rubrica "Contas a Receber e Outros Créditos" no Ativo Circulante, sendo que os gastos realizados pela EMTU/SP são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

Remuneração da Administração

A política de remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, e está limitada á remuneração do Governador do Estado.

A remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos executivos, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

A Diretoria executiva e os Conselhos de Administração e Fiscal recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada na base *pro rata temporis*, em dezembro de cada ano.

Os benefícios pagos aos Diretores são: vale refeição, alimentação, seguro de vida e assistência médica/hospitalar, descanso anual de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais.

Convênio SEC – Serviço Especial Conveniado – LIGADO

Com base no convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação (SEE), que têm como objetivo transportar pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, são atendidos os alunos que fazem parte da Rede Regular de Ensino, da Associação de Amigos do Autista - AMA e de Instituições Conveniadas e/ou Credenciadas com a SEE nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Campinas (RMC).

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Receita com taxas e tarifas – operação do sistema e Trólebus	14.717	15.305
Gerenciamento, Fretamento e Apreensão – Regiões Metropolitanas	32.780	30.195
Gerenciamento e Multa – Concessão	117.976	113.656
Receitas com locação e sublocação de imóveis	169	2.444
Carteira Transporte Escolar Metropolitano	2.981	2.683
Receitas diversas	326	295
SUBTOTAL	168.949	164.578
DEDUÇÕES E IMPOSTOS		
Impostos sobre a receita bruta ^(a)	(14.685)	(15.274)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	154.264	149.304

a) Inclui o montante de R\$ 2.619 (R\$ 2.713 em 2023) e R\$ 12.066 (R\$ 12.561 em 2023), respectivamente, referente ao PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes sobre as receitas da Companhia.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 9.615 registrado em 2024 (R\$ 9.548 em 2023) contabilizado como Outras Receitas Operacionais, R\$ 5.251 (R\$ 5.231 em 2023) se refere ao ressarcimento de gastos com Terminais; R\$ 209 (R\$ 4.292 em 2023) por multas contratuais; outras receitas R\$ 18 (R\$ 25 em 2023), e R\$ 4.137 da reversão para créditos de liquidação duvidosa.

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS/INDENIZAÇÃO.

Do montante de R\$ 3.394 registrado em 2024 (R\$ 10.290 em 2023), contabilizado como Outras Despesas Operacionais, R\$ 2.546 (R\$ 8.952 em 2023) se refere à constituição por estimativa (perdas esperadas) da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, R\$ 138 (R\$ 221 em 2023) Pasep, e R\$ 710 (R\$ 1.117 em 2023) de Cofins.

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	31.12.2024	31.12.2023
CUSTOS E DEPRECIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Pessoal	60.799	57.688
Materiais	205	249
Utilidades e serviços	20.677	20.203
Depreciação e amortização	29.853	32.188
Gastos gerais	518	465
SUBTOTAL	112.052	110.793

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		
Pessoal	55.593	53.902
Materiais	248	238
Utilidades e serviços	11.893	10.574
Depreciação e amortização	611	450
Gastos gerais	142	50
Provisões contingenciais	3.476	(33.703)
SUBTOTAL	71.963	31.511
TOTAIS	184.015	142.304

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS FINANCEIRAS		
Receita de aplicações financeiras	7.094	6.172
Descontos e abatimentos	-	4
Juros e encargos ativos	239	3.721
SUBTOTAL	7.333	9.897
DESPESAS FINANCEIRAS		
Bancárias	(482)	(459)
Encargos por atraso e IOF	(26)	(12)
SUBTOTAL	(508)	(471)
TOTAIS	6.825	9.426

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2025 o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, publicou o Decreto nº 69.375 de 21 de fevereiro de 2025 que Dispõe sobre a apresentação do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, e dá providências correlatas. Dessa forma, os efeitos decorrentes da aprovação da Lei Estadual nº 17.293/2020 e da aprovação da Lei Complementar nº 1.413/2024, mencionados na Nota Explicativa nº 1 Contexto Operacional, deverão ocorrer a partir do exercício de 2025.

Nesse sentido, em conformidade com o referido Decreto, a Companhia deverá atender às seguintes determinações:

- **Artigo 1º:** apresentar ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC, no prazo de 7 (sete) dias a contar da publicação do referido Decreto o Plano de Desmobilização atualizado contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pelo inciso III do artigo 1º da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020;

- **Artigo 2º:** O Plano de Desmobilização deverá contemplar, no mínimo:

I - proposta de destinação das atividades públicas exercidas pela empresa;

II - descrição do quadro de pessoal vigente, indicando os empregos permanentes e de livre provimento, as atribuições correspondentes e a alocação em atividades que serão transferidas na forma do inciso I deste artigo;

III – proposta de destinação do acervo técnico;

IV – medidas para o tratamento dos direitos e obrigações da empresa, incluindo a sub-rogação de contratos em vigor;

V – delimitação e proposta de cronograma das atividades que serão realizadas pelos Administradores e as que ficarão a cargo do liquidante;

VI – proposta de data de convocação da assembleia geral de acionistas que declarará a dissolução da empresa.

Parágrafo único - A proposta de destinação das atividades públicas exercidas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU, previstas no inciso I deste artigo, deverá incluir:

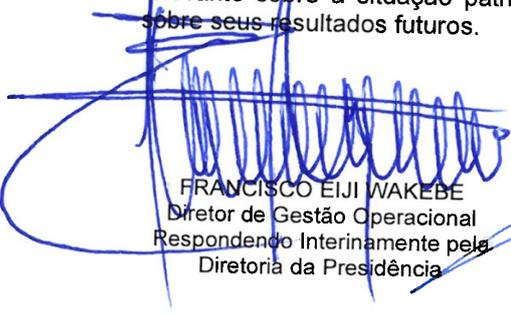
a) previsão das medidas necessárias para a assunção, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, das funções de fiscalização, controle e regulação dos serviços de transporte coletivo metropolitano, previstas na Lei complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, e no Decreto nº 69.339, de 4 de fevereiro de 2025;

b) proposta para a transferência das demais atividades públicas desempenhadas pela EMTU, que não possam ser descontinuadas após a sua extinção, a órgãos da administração, cujo campo funcional seja aderente à função a ser desempenhada.

A aprovação e acompanhamento do Plano de Desmobilização caberá ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC que poderá instituir grupo de acompanhamento para auxiliar a EMTU/SP no processo de dissolução, liquidação e extinção, estabelecendo, em deliberação própria, a composição, as atribuições e o prazo das atividades.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP poderá adotar medidas visando a celebração de termos de sub-rogação de contratos administrativos, termos de convênio, comodato, cessão ou afastamento de pessoal com órgãos e entidades da Administração para garantir a transferência gradativa das atividades por ela exercidas.

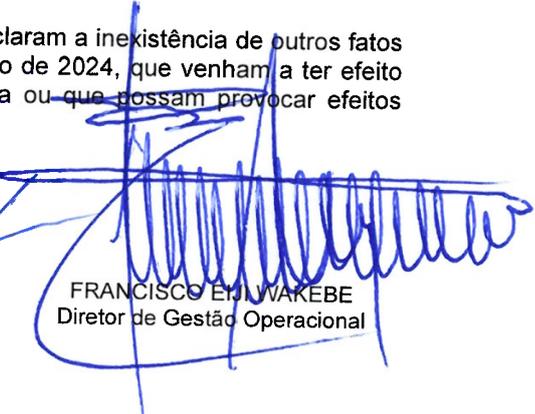
Exceto quanto ao Decreto nº 69.375/2025, os administradores declaram a inexistência de outros fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício de 2024, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência



GIULIANO VICENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional



VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT – CRC – 1SP – 145.904-O-2
CPF – 952.677.438-87

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Descontinuidade operacional e processo de extinção da Companhia

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 1 Contexto Operacional às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 15 de outubro de 2020, foi promulgada a Lei Estadual n.º 17.293/2020, a qual autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da Companhia, em decorrência da aprovação do Projeto de Lei n.º 529/2020. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em que pese a referida Lei n.º 17.293/2020 já estivesse vigente, não haviam sido adotadas medidas para a extinção da Companhia. Não obstante, em 20 de setembro de 2024 o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o Projeto de Lei Complementar nº 35/2024 (PLC), que tem por finalidade reformar e aprimorar a gestão, o processo decisório e os cargos efetivos e em comissão das Agências Reguladoras Estaduais.

Referido projeto de lei, foi aprovado integralmente pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e, conseqüentemente, convertido na Lei Complementar nº 1.413/2024, sancionada pelo Governador do Estado de São Paulo, em 23 de setembro de 2024. Esta lei transferiu para a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), as funções de fiscalização, controle e regulação das infraestruturas e dos serviços de transporte

metroferroviário, bem como dos serviços de transporte coletivo metropolitano e, com isso, alterou de forma significativa determinadas atividades operacionais da EMTU/SP. A transferência dessas atividades para a ARTESP, desencadeou efeitos significativos na atividade operacional da Companhia a partir da aprovação da referida Lei Complementar nº 1.413/2024, cujo prazo para conclusão da transferência dessas atividades que expiraria em até 90 (noventa) dias a partir da publicação da Lei Complementar, foi prorrogado por igual período mediante decreto nº 69.294, de 03 de janeiro de 2025. Além disso, de acordo com a referida Lei Complementar os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP deverão ser transferidos ao Estado e, ainda, poderão ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público, ensejando o encerramento das suas atividades. Nesse sentido, até o encerramento e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, determinadas atribuições da Companhia já haviam sido transferidas para a ARTESP, incluindo colaboradores e corpo técnico-operacional sem, no entanto, ter ocorrido qualquer transferência de receitas ou recursos financeiros decorrentes das atividades operacionais originalmente realizadas pela Companhia, que não havia sido instada a se manifestar quanto ao tratamento das receitas e despesas vinculadas às essas atividades já assumidas pela ARTESP, bem como não havia previsibilidade quanto ao início do processo de dissolução, liquidação e extinção da EMTU/SP.

No entanto, conforme mencionado na nota explicativa nº 22 Eventos Subsequentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 24 de fevereiro de 2025 foi publicado o Decreto Estadual nº 69.375 de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a apresentação ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU que deverá conter, dentre outras providências correlatas, as medidas que serão adotadas para a dissolução, liquidação e extinção da Companhia autorizada pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020. Dessa forma, em razão da adoção das medidas previstas pela Lei Complementar nº 1.413/2024 e pelo fato de que a determinação pela dissolução, liquidação e extinção da Companhia conforme previsto pela Lei Estadual nº 17.293/2020 surtirão efeitos somente a partir do exercício de 2025 em decorrência da publicação do referido Decreto Estadual nº 69.375/2025, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas pela Administração da Companhia no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluíram nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos para refletir os efeitos da Lei Complementar nº 1.413/2024 e das medidas previstas na Lei Estadual nº 17.293/2020. Sendo assim, a partir do exercício de 2025 a Companhia deverá avaliar a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico Contábil CPC Para Entidades em Liquidação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que possuem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista a relevância dos assuntos abaixo, optamos por incluí-los no presente relatório.

Mensuração do Ativo Imobilizado e Intangível - Notas Explicativas nº 7 e 8

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantém registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 2.625.083 mil (R\$ 2.346.245 mil em 2023) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos já depreciados e/ou amortizados, correspondentes à 95,28% (95,07% em 2023) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e conseqüentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com os saldos contábeis; e iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa n° 12

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa n° 12 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 84.525 sendo que desse montante R\$ 84.472 está registrado no passivo circulante (R\$ 78.152 em 2023), representados por R\$ 5.029 (R\$ 3.332 em 2023) referente a ações trabalhistas e R\$ 79.443 (R\$ 84.741 em 2023) referente a ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas.

Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão. Portanto, o processo de classificação do risco jurídico de perda das ações para determinar o valor a ser contabilizado das referidas provisões, tem efeito significativo nas demonstrações contábeis, principalmente relacionados a ações trabalhistas e cíveis. Em razão disso, consideramos essa área relevante no contexto das demonstrações contábeis da Companhia.

Como nossa Auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 9 de fevereiro de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

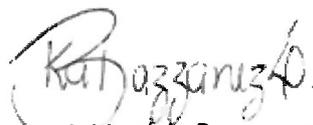
Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba Pr, 24 de fevereiro de 2025.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 5193



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI Nº 5344



Karini Leticia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

BALANÇO SOCIAL 31 de dezembro de 2024 e 2023

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. – EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto – PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2024		31.12.2023	
	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA	PARTICIPANTES	HOMEM/HORA
Desenvolvimento Gerencial	82	14,68	-	-
Integração	33	1,52	47	3,00
Aperfeiçoamento Profissional	4	20,00	19	24,74
Especialização e Atualização	12	48,92	698	8,58
Capacitação e Reciclagem	264	11,48	221	5,45
Eventos	716	0,19	2.199	0,15
TOTAL – INDICADORES DE TREINAMENTO	1.111		3.184	
INDICADORES DE TREINAMENTO	31.12.2024		31.12.2023	
Número de Cursos	39		20	
Empregados Treinados	1.111		3.184	
Homens / Horas	96,79		41,92	
INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)	129		91	

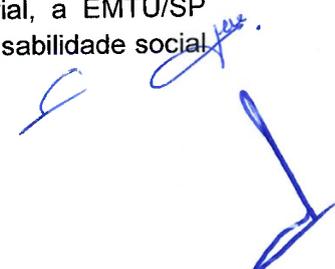
INDICADORES SOCIAIS	31.12.2024		31.12.2023	
	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS	EMPREGADOS	NÃO EMPREGADOS
SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO	497		531	-
Exame Admissional	9	-	9	-
Exame Demissional	22	-	22	-
Exame Periódico	192	-	450	-
Atendimento Ambulatorial	274	-	50	-
SERVIÇO SOCIAL	34	21	28	20
Licença Maternidade	1	-	1	-
Licença Paternidade	3	-	1	-
Visita Social / Assistencial	9	-	7	-
Auxílio-Doença	6	-	8	-
Retorno ao Trabalho	6	-	4	-
Nascimentos	4	-	2	-
Falecimentos	1	21	2	20
Apoio – atendimento interno e externo	4	-	3	-
QUALIDADE DE VIDA	208	113	277	190
Vacinação antigripal	208	113	277	190
SEGURANÇA DO TRABALHO	353	32	204	39
SIPAT	213	10	35	9
CIPA	24	-	41	-
Treinamento de Primeiros Socorros	55	11	61	15
Treinamento de Combate a Incêndio	55	11	61	15
Número de Acidente de Trabalho	6	-	6	-
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS	1.092	166	1.040	249

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE. De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimulam iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.



1. BASE DE CÁLCULO	31.12.2024 (R\$ mil)	31.12.2023 (R\$ mil)
Receita Líquida (RL)	154.264	149.304
Resultado Operacional (RO)	42.212	38.511
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	86.130	83.759

2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	31.12.2024			31.12.2023		
	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.596	7,66	4,28	5.682	6,78	3,81
Encargos Sociais Compulsórios	17.006	19,74	11,02	17.426	20,80	11,67
Saúde	21.416	24,86	13,88	20.074	23,97	13,44
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	148	0,17	0,10	152	0,18	0,10
Auxílio Creche	117	0,14	0,08	123	0,15	0,08
Programa Empresa Cidadã-Maternidade	47	0,05	0,03	53	0,06	0,04
Outros	447	0,52	0,29	441	0,53	0,30
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	45.777			43.951		

3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	31.12.2024			31.12.2023		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Centro Atendimento ao Passageiro Especial – CAPES	2.940	6,96	1,91	2.671	6,94	1,79
Serv. Especial Ligado – SEE	1.537	3,64	1,00	921	2,50	0,64
Outros	333	0,79	0,22	320	0,83	0,21
Total das contribuições para a sociedade	4.810	11,39	3,12	3.952	10,26	2,65
Tributos (excluídos encargos sociais)	16.452			17.244		
TOTAL – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	21.262			21.196		

COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE

A EMTU/SP procura dar a sua contribuição para uma sociedade ambientalmente equilibrada, adotando práticas relativas à preservação do meio ambiente e coordenando e/ou gerenciando projetos que levem a redução da emissão dos gases nocivos à atmosfera.

4. INDICADORES AMBIENTAIS	31.12.2024			31.12.2023		
	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.952	4,62	1,27	1.954	5,07	1,31



5. INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL		
	31.12.2024	31.12.2023
Nº de empregados ao final do período	453	465
Nº de admissões durante o período	5	11
Nº de demissões durante o período	17	22
Nº de reintegração de empregados durante o período	1	-
Nº de diretores ⁽¹⁾	2	2
Nº de empregados terceirizados requisitados	5	4
Nº de empregados terceirizados contratados (empresa) ⁽²⁾	296	289
Nº de estagiários	34	36
Nº de jovem aprendiz	15	18
Nº de empregados acima de 45 anos	344	337
Nº de diretores e requisitados acima de 45 anos	5	4
Efetivos por sexo: Homens ⁽³⁾	325	329
Mulheres	169	177
Efetivos por tempo de serviço – média/ano ⁽³⁾	17	16
Efetivos por faixa etária – média/ano ⁽³⁾	52	51
% de cargos de chefias ocupados por mulheres ⁽⁴⁾	22,64%	26,42%
Nº de negros/pardos que trabalham na empresa ⁽³⁾	101	98
% de cargos de chefia ocupados por negros/pardos ⁽⁴⁾	4,05%	3,06%
Número de Ações Trabalhistas movidas pelos empregados	-	2
Número de portadores de deficiência / necessidades especiais	3	3
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	10,08	9,9%

Observações:

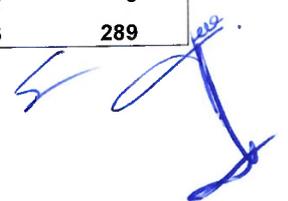
(1) Número de diretores nomeados.

(2) Empregados de empresas terceirizadas contratadas pela EMTU/SP

(3) Efetivo: incluem diretores, empregados, requisitados, estagiários e jovens aprendiz

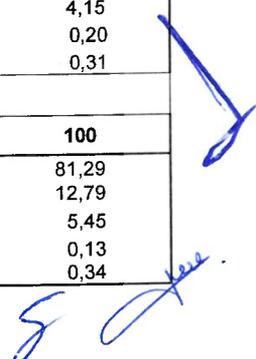
(4) Cargos de Chefia: incluem diretores, gerentes, chefes de departamento e afins.

Áreas	2024	2023
Locação de veículos auxiliares	69	66
Manutenção Predial e Jardinagem	22	22
Portaria	22	23
Recepção	18	17
Limpeza	22	19
Copeiragem	4	4
Vigilância / Segurança	74	71
Bombeiros	-	5
Centros de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs	29	31
Ligado	16	11
Carteira de Passe Escolar Metropolitano (AME)	8	8
Gerenciamento de Obras	4	4
BRT-ABC	5	5
Malote e Mov. Correspondências	3	3
Total	296	289



6. INFORMAÇÕES RELEVANTES		
	31.12.2024	31.12.2023
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Os padrões de Segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) diretores e gerentes	(X) diretores e gerentes
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores a empresa:	(X) não se envolve	(X) não se envolve
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) todos os empregados	(X) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário a empresa:	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
Número total de reclamações-críticas e denúncias de consumidores:	Na empresa: 13.217 No Procon: 177 Na justiça: 198	Na empresa: 13.471 No Procon: 197 Na justiça: 132
% de reclamações- críticas e denúncias atendidas:	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento	Na empresa: 100% No Procon: 100% Na justiça: em andamento

ATENDIMENTO DA OUVIDORIA	31.12.2024		31.12.2023	
	Nº	%	Nº	%
Região Metropolitana de São Paulo				
Total de Ligação Recebida	59.737	100	65.846	100
Informação	48.026	80,40	53.577	81,37
Reclamação	10.583	17,72	10.990	16,69
Sugestão	974	1,63	1.117	1,70
Elogios	143	0,24	140	0,21
Denúncia	11	0,02	22	0,03
Região Metropolitana da Baixada Santista				
Total de Ligação Recebida	5.872	100	5.957	100
Informação	4.642	79,05	4.773	80,12
Reclamação	1.052	17,92	935	15,70
Sugestão	135	2,30	180	3,02
Elogios	40	0,68	67	1,12
Denúncia	3	0,05	2	0,03
Região Metropolitana de Campinas				
Total de Ligação Recebida	4.571	100	4.358	100
Informação	3.320	72,63	3.091	70,92
Reclamação	1.094	23,93	1.087	24,94
Sugestão	149	3,26	166	3,81
Elogios	8	0,18	12	0,28
Denúncia	-	-	2	0,05
Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte				
Total de Ligação Recebida	2.184	100	1.953	100
Informação	1.842	84,34	1.630	83,46
Reclamação	260	11,90	232	11,88
Sugestão	74	3,39	81	4,15
Elogios	6	0,27	4	0,20
Denúncia	2	0,09	6	0,31
Região Metropolitana de Sorocaba				
Total de Ligação Recebida	1.389	100	1.486	100
Informação	1.125		1.208	81,29
Reclamação	209		190	12,79
Sugestão	51		81	5,45
Elogios	1		2	0,13
Denúncia	3		5	0,34



VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	31.12.2024		31.12.2023	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	24,53 %	Governo	20,57%	Governo
	(20,98) %	Acionistas	4,48%	Acionistas
	86,91 %	Colaboradores	66,38%	Colaboradores
	9,54 %	Terceiros	8,57%	Terceiros



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional
Respondendo Interinamente pela
Diretoria da Presidência



GIULIANO VINCENZO LOCANTO
Diretor Administrativo e Financeiro



FRANCISCO EIJI WAKEBE
Diretor de Gestão Operacional



VERA APARECIDA PIFFER
Contadora
CT - CRC - 1SP - 145.904/ O-2
CPF - 952.677.438-87

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO RAZOÁVEL DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ilmos. Srs.

Diretores e Acionistas da

Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP

São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração da EMTU/SP

A administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguarção Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguarção para obter asseguarção razoável das informações sociais identificadas

Um trabalho de asseguarção razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** e outros profissionais da Empresa envolvidos na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2024, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para

obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

- a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2024;
- b) o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2024; e
- d) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguarção razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social de 2024 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nosso trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguarção razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2024 da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguarção sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Ênfase

Em 09 de junho de 2022, mediante Resolução nº 1670, o Conselho Federal de Contabilidade formalizou a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS como resultado da iniciativa da Fundação de apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade (FACPCS). O CBPS tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo International Sustainability Standard Board - ISSB.

Nesse contexto, em 12 de setembro de 2024 foram aprovados os 2 primeiros pronunciamentos técnicos pelo CBPS, sendo o CBPS 01 que trata dos requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e o CBPS 02 que define os critérios para divulgações relacionadas ao clima, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários pelas Resoluções CVM nº 217 e 218, respectivamente e pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TDS 01 e NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TDS 02, de 17 de outubro de 2024. Ambos os pronunciamentos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 com aplicação obrigatória a partir do exercício social iniciado em ou após 1º de janeiro de 2026. Nossa conclusão não contém modificação em relação à esse assunto.

São Bernardo - SP, 07 de fevereiro de 2025.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 519/3


Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI Nº 5344


Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254



Secretaria dos
Transportes Metropolitanos



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO